

Suas Excelências, os ficha suja

Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados

Ivan Chaves Jucá

24 de setembro de 2012

Dissertação para obtenção do grau de Mestre do Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CEFCH

Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas – PPGCP

Ivan Chaves Jucá

Suas Excelências, os ficha suja
Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados

Orientador Prof. Dr. Marcus André Melo

Dissertação apresentada como requisito complementar
para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política
com ênfase em Política Internacional, do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade
Federal de Pernambuco.

Recife, PE

(2012)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Suas Excelências, os ficha suja: Corrupção e Reeleição na Câmara dos Deputados

Ivan Chaves Jucá

Recife, 17 de setembro de 2012.

Prof. Dr. Marcus André Melo (UFPE – Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Borges (UFPE)

Prof. Dr. Lúcio Rennó (UNB)

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

J91s Jucá, Ivan Chaves
 Suas excelências, os ficha suja : corrupção e reeleição na câmara dos deputados / Ivan Chaves Jucá. - Recife: O autor, 2012.
 88 f. Il., 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Marcus André Melo
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós –Graduação em Ciência Política, 2012.
 Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciência Política. 2. Corrupção na política. 3. Representação política. 4. Accountability. I. Melo, Marcus André. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-104)

Agradecimentos

Sou grato a todos aqueles que colaboram para a elaboração dessa dissertação. Em especial gostaria de agradecer aos meus pais que apoiaram e financiaram toda a longa empreitada. Também agradeço ao Professor Lúcio Rennó que foi um colaborador essencial desse trabalho. Sou grato à instituição de financiamento à pesquisa CNPQ e FACEPE que concederam auxílio financeiro indispensável. Também sou grato aos alunos da graduação que colaboraram na construção do banco de dados, Radamés Marques, Diogo Smethurst e Gabriel Augusto. Devo agradecer aos ótimos comentários recebidos durante evento realizado na China promovido pelo Ronald Coase Institute e pela Universidade de Tsinghua. Finalmente gostaria de agradecer ao Professor Marcus André Melo que foi fundamental durante todo processo de aprendizado nesses últimos 5 anos.

Resumo

O objetivo dessa dissertação é estimar o impacto de escândalos de corrupção sobre a carreira política dos deputados federais durante os dois mandatos do presidente Lula. Vencendo obstáculos informacionais severos, fica evidenciado que os eleitores utilizaram a informação disponível para punir eleitoralmente os deputados corruptos. Além disso, esse trabalho estimou o impacto da lei da ficha limpa sobre a carreira política dos deputados federais na eleição de 2010. De forma contra intuitiva os resultados da análise demonstram que os deputados que violaram a lei da ficha limpa na verdade foram mais ambiciosos e eleitoralmente bem sucedidos do que os demais. Por fim, mostra-se que os escândalos ocorridos no primeiro mandato de Lula representaram um choque informacional, alterando o padrão de *accountability* vertical.

Complementando a teoria da delegação, que ressalta os problemas gerados pela assimetria de informação, os resultados obtidos sugerem que, dadas certas condições, na verdade a informação sobre corrupção política deixa de ser relevante para o eleitor. No que diz respeito as instituições políticas, também julgadas importantes para a boa representação, são abundantes os argumentos teóricos desfavoráveis ao sistema político brasileiro, especialmente na sua capacidade de gerar *accountability*. No entanto, nesse trabalho torna-se evidente que o sistema eleitoral atual permite aos eleitores identificar e punir os deputados considerados corruptos, gerando importantes desdobramentos para a discussão da reforma política.

Palavras chave: Representação; *Accountability* e Corrupção

Abstract

The main purpose of this thesis is to estimate the impact of corruption scandals on the political career of the Brazilian national legislators during Lula's presidential term. Overcoming severe information constraints the electorate was able to use the available information to punish the corrupt congressmen. Furthermore, this research estimated the effect of the new *clean slate law* on the career of national legislators in the 2010 elections. Counterintuitively the empirical result show that those who violated the law actually were more ambitious and electorally successful than those that did not. Finally the serious corruption scandals that occurred during president Lula's first term in office introduced a discontinuity in the accountability patterns.

Building on delegation theory that focuses on informational asymmetries the empirical result show that, in certain conditions, information about corruption does not always influence electoral behavior. Notwithstanding the existence of institutional factors that undermine accountability, there is evidence that citizens sanction misbehavior and these findings has important consequences for the political reform in Brazil.

Key words: Representation; Accountability and corruption

Sumário

1	Introdução	11
2	<i>Accountability</i>, instituições e agência	19
2.1	Representação e delegação na teoria democrática	19
2.2	<i>Accountability</i> e o debate institucional	30
2.3	<i>Accountability</i> e o dilema institucional brasileiro	37
3	Metodologia	41
4	Resultados	58
5	Conclusões	72
6	Referências	77
7	Anexos	84

Lista de Tabelas

3.1	Frequências da variável “Candidato” por eleição	43
3.2	Frequências da variável “Ambição Progressiva” por eleição	44
3.3	Frequência da variável “Eleito” em cada eleição de 1998 a 2010	44
3.4	Frequência da variável “escândalo” nas duas últimas eleições	47
3.5	Dados descritivos das variáveis independentes em 2006	51
3.6	Dados descritivos das variáveis independentes em 2010	52
3.7	Matriz de correlação entre todas as variáveis independentes para todo pe- ríodo (2006 e 2010)	56
4.1	Relação entre “Ambição Progressiva” e “Escândalo” na eleição de 2006 . . .	59
4.2	Relação entre “Ambição Progressiva” e “Escândalo” em 2010	59
4.3	Regressão Probit “Ambição Progressiva” reportando efeitos marginais para 2006	60
4.4	Regressão Probit “Ambição Progressiva” reportando efeitos marginais para 2010	61
4.5	Heckprobit para <i>Eleito</i> 2006 com <i>Ambição Progressiva</i> como variável de seleção	63
4.6	Heckprobit para <i>Eleito</i> em 2010 com <i>Ambição Progressiva</i> como variável de seleção	64
4.7	Efeitos marginas da Regressão Probit para deputados federais <i>Reeleitos</i> em 2006	65
4.8	Efeitos marginas da Regressão Probit para deputados federais <i>Reeleitos</i> em 2010	66
7.1	Relação entre se candidatar e “escândalo” na eleição de 2006	85
7.2	Relação entre se candidatar e “escândalo” em 2010	85
7.3	Regressão Probit “Candidato” em 2006 reportando efeitos marginais	85
7.4	Regressão Probit “Candidato” em 2010 reportando efeitos marginais	86
7.5	Heckprobit para <i>Eleito</i> em 2006 com variável <i>Candidato</i> como seleção . .	87
7.6	Heckprobit para <i>Eleito</i> em 2010 com variável <i>Candidato</i> como seleção . . .	88

Lista de Figuras

3.1	Histograma da % de Votos Nominais sob o total no Estado nas eleições de 2006 e 2010	48
3.2	Histograma de “% Gasto de Campanha” nas eleições de 2006 e 2010	52
3.3	Histograma de “% Pork Barrel” nas eleições de 2006 e 2010	53
4.1	Probabilidades preditas de <i>Ambição Progressiva</i> em função de <i>Escândalo</i> e % <i>Pork</i> na eleição de 2006	67
4.2	Efeito Marginal de <i>Escândalo</i> sobre <i>Eleito</i> em função de % <i>Votos (lagged)</i> para 2010	68
4.3	Efeito Marginal de <i>ficha suja</i> sobre <i>Ambição Progressiva</i> em função de % <i>Votos</i> em 2010	69
4.4	Probabilidades preditas de ser <i>Eleito</i> em 2010 em função de % <i>Votos</i> e <i>ficha suja</i>	69
4.5	Efeito marginal de <i>escândalo</i> sobre a probabilidade de ser <i>Reeleito</i> em 2006 em função de % <i>gasto</i>	70
4.6	Efeito marginal de <i>Escândalo</i> sobre probabilidade de ser <i>Reeleito</i> em 2010 em função de % <i>gasto</i>	71

Capítulo 1

Introdução

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado por sucessivos e graves escândalos de corrupção. Em maio de 2005, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar denúncias de corrupção envolvendo os Correios. A CPI foi motivada por um vídeo divulgado na mídia em que um ex-funcionário da estatal foi flagrado negociando propina com empresários para fraudar uma licitação. No vídeo o funcionário afirmava ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson. Em retaliação o parlamentar denunciou à imprensa um suposto esquema de pagamento de mesada aos deputados da base aliada, que ficaria conhecido como o escândalo do “mensalão”. No mesmo ano, um assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães, irmão do presidente do Partido dos Trabalhadores, foi preso pela Polícia Federal com 100 mil dólares na cueca.

Em 2006, a Polícia Federal iniciou a operação Sanguessuga, encontrando indícios do envolvimento de deputados federais no superfaturamento de ambulâncias. A CPI dos Sanguessugas, criada logo antes das eleições de 2006 recomendou a cassação de 72 deputados. Esses recorrentes escândalos podem ter causado forte impacto na percepção da corrupção e no comportamento do eleitor. Essas hipóteses são corroboradas por pesquisas de opinião feitas na época. O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) mostra que em 2002 somente 5% dos entrevistados consideravam a corrupção como um problema saliente, já em 2006, 30% dos entrevistados consideram a corrupção como a questão-chave daquele pleito. Analisando as eleições presidenciais de 2002 e 2006 e utilizando dados do ESEB, Rennó (2001) mostra que a questão da corrupção teve impacto significativo na disputa eleitoral em 2006, enquanto que em 2002 esse efeito não é relevante. Em pesquisa realizada logo após o processo de impedimento do ex-presidente Collor 31% dos entrevistados relataram que confiavam em políticos, em comparação, no final de 2005 somente 8% dos entrevistados nutriam a mesma confiança (*Opinião Pública*, 2006 apud Power e Taylor, 2011).

Apesar de todos os escândalos o presidente Lula foi reeleito no segundo turno com mais de 60% dos votos válidos. De acordo com Rennó (2011), o prejuízo eleitoral se evidenciou

Capítulo 1 Introdução

somente no primeiro turno, especialmente nos votos dados à concorrente Marina Silva. Já os deputados federais não saíram ilesos, o envolvimento em escândalos de corrupção diminuiu em 15% sua probabilidade de reeleição, conforme demonstram Pereira, Rennó e Samuel (2011). Os autores destacam ainda que, apesar desse prejuízo eleitoral não trivial, 42% dos deputados envolvidos em escândalos conseguiram se reeleger.

No segundo mandato do presidente também não faltaram escândalos de corrupção, embora possivelmente com menos repercussão midiática do que no período anterior. Em fevereiro de 2009 veio a tona o escândalo conhecido como “Castelagate”. O deputado Edmar Moreira foi acusado de não declarar um “castelo” avaliado em 25 milhões de reais, Moreira tinha recentemente assumido o posto de corregedor da Câmara dos Deputados. O deputado Sérgio Moraes, que ficou encarregado de julgar o caso no Conselho de Ética, iniciou seu trabalho de maneira polêmica afirmando que seu colega seria um “boi de piranha”. Questionado por jornalistas sobre sua colocação, acabou por aprofundar a crise com a seguinte resposta: “Estou me lixando para a opinião pública, até porque parte dela está se lixando para o que vocês (jornalistas) escrevem”(O Globo, 15/05/2009). Edmar Moreira foi absolvido pelo conselho de ética meses depois. Em seguida, várias outras crises abalaram a imagem da câmara dos deputados e o senado. Uma delas foi a “farra das passagens aéreas”, como ficou conhecida na imprensa, na qual deputados foram acusados de ceder os bilhetes de suas cotas mensais de passagem de avião para parentes e amigos. Outras revelações atingiram principalmente o senado e o presidente da casa, José Sarney.

Em 2010, o Movimento de Combate à Corrupção recolheu 1.6 milhões de assinaturas em apoio ao projeto de lei de iniciativa popular conhecido como a “lei da ficha limpa”. Essa lei foi aprovada pelas duas casas legislativas e sancionada pelo presidente Lula do dia 4 de junho de 2010, cinco meses antes das eleições. Cercado de grande pressão popular os parlamentares aparentemente não tiveram outra opção a não ser aprovar a iniciativa. No entanto, a votação da lei foi adiada para depois do prazo legal de alteração da legislação eleitoral. Isso poderia inviabilizar a aplicação da lei nas eleições de 2010.

Havia a expectativa de que a lei fosse considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal com base na garantia constitucional da presunção da inocência. Também havia questionamentos quanto à retroatividade da lei, agindo sobre os políticos que renunciaram do cargo para evitar cassação. Apesar disso, ainda em junho o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que a lei valeria para as eleições de 2010. Ficou ainda estabelecido que os políticos que tiveram o registro indeferido poderiam recorrer e participar das eleições, mesmo que após a posse poderiam ser destituídos do cargo. Mas independente da discussão legal durante as eleições várias listas dos “ficha suja” foram divulgadas, o que por si só poderia

Capítulo 1 Introdução

causar prejuízo eleitoral aos deputados. Alguns políticos, como ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, foram barrados pela lei da ficha limpa e não participaram das eleições. Ironicamente o próprio Roriz conseguiu eleger sua filha como deputada federal e quase elegeu sua mulher como governadora do Distrito Federal.

A discussão pública atual sobre o controle dos governantes remete na verdade ao núcleo duro da teoria democrática contemporânea. Na sua definição mais canônica, a democracia moderna é “um sistema político que tem, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos” (Dahl, 1972). Mas para o autor da frase esse é somente um ideal, nas *poliarquias* deve haver garantias para que os cidadãos possam formular e expressar suas preferências e que elas sejam igualmente consideradas na condução do governo. Assim, esse sistema teria a função de alinhar as preferências dos cidadãos ao dos governantes. Não há muita polêmica de que as eleições sejam a fonte primária desse alinhamento. Aceitando-se essa definição, saber se de fato os governantes estão sendo responsivos aos seus cidadãos constitui um dos interesses fulcrais dos estudiosos da democracia.

O que a democracia é de fato, ou deveria ser, constitui uma questão ainda cercada de polêmicas. Mas mesmo tomando as definições minimalistas de democracia percebe-se um subtrato comum. Segundo Schumpeter (1942), o método democrático seria o “arranjo institucional de tomada de decisões em que indivíduos adquirem poder através de uma disputa competitiva por votos”. Para ele, desconsideradas raras exceções, a capacidade de negar votos para políticos constitui a única forma de controle dos cidadãos sobre seus governantes. Esse é exatamente o ponto em comum, através das eleições os cidadãos podem punir os governantes. Assim na democracia representativa, exatamente porque existe uma disputa competitiva por apoio político haveria um *mecanismo sistemático* de alinhamento de preferências. Todavia, se de fato os representantes estão fazendo o que os cidadãos preferem, ou que é do seu melhor interesse, é uma questão empírica. E o que é mais importante: em que condições é mais provável que os representantes serão responsivos aos cidadãos?

Quando analisa-se a questão da representação política sob o enfoque da punição aos governantes que se desviaram do seu mandato estamos analisando uma relação de *accountability*.¹ Aqui *accountability* será definida como uma relação formal de fiscalização e/ou punição de agentes públicos por outros atores (Mainwaring, 2003, p.7). Também é pertinente traçar a distinção entre a *accountability* horizontal, interna ao Estado, da *accountability* vertical, entre eleitores e representantes, da *accountability* social, protagonizada pela sociedade civil e não redutível às eleições.²

¹A palavra responsabilização será usada como sinônimo de *accountability*.

²Apesar de não ignorar os argumentos de Shugart, Moreno e Crisp (2003) sobre as limitações do conceito

Capítulo 1 Introdução

De forma bastante padrão essa relação é concebida como o “outro lado da delegação” (Shugart, Moreno e Crisp, 2003), de forma que esse *link* entre eleitores e representantes é tratado como um problema de *principal-agente*. O *principal* delegaria poder para um *agente* para que esse aja em seu lugar, para garantir seu melhor interesse. Chegado ao fim desse “contrato” o *principal* pode então avaliar o desempenho do seu agente renovando ou não a delegação. Mas é justamente na avaliação e punição que residem os problemas, se o *principal* não tem informação suficiente como pode avaliar o comportamento do seu agente?

Em relação ao estudo da corrupção política existe uma vasta literatura que procura descobrir suas causas e consequências. Contudo, apesar da notória importância desse tema, o que se sabe após mais de dez anos de pesquisa? Relativamente pouco. O “calcanhar de Aquiles” dos estudos *cross-national* sobre corrupção política parece estar nos indicadores utilizados, a percepção da corrupção sendo o mais comum. Mas aceitando como minimamente válidos os indicadores chega-se a algumas conclusões provisórias. O presidencialismo, a representação proporcional e o federalismo seriam instituições mais conducentes a corrupção, enquanto que o liberdade de imprensa e estabilidade democrática teriam o efeito contrário (Treisman, 2007). Embora esses resultados não são definitivos pode-se, todavia, apoiar-se neles para responder as questões de pesquisa aqui propostas. Esse estudo não procura testar diretamente o efeito das instituições sobre a *accountability*, mas pode-se utilizar o debate comparativo para compreender os *mecanismos causais* pelos quais *informação sobre corrupção* levaria a maior ou menor *punição eleitoral*.

Talvez por causa das limitações dos estudos *cross-national* alguns autores passaram a realizar estudos focando países específicos. Nessa linha Chang (2005) tenta mostrar com dados da Itália como o sistema de representação proporcional de “lista aberta” gera incentivos para os legisladores cometerem ações ilícitas para financiarem suas campanhas. Em outro estudo, procura-se mostrar como um choque informacional decorrente de um escândalo de corrupção largamente publicizado na mídia levou a uma mudança notável do padrão de responsabilização eleitoral na Itália (Chang, Golden & Hill; 2010). Golden (2009) comparando dados similares da Itália e da Índia mostra que enquanto no primeiro país os legisladores acusados de corrupção e graves crimes tem ligeira *desvantagem eleitoral*, no segundo país esse tipo de político tem na verdade *uma vantagem eleitoral*, mesmo controlando para outros fatores. Lembrando que a Itália tem o sistema eleitoral de representação proporcional e enquanto a Índia herdou o sistema majoritário da sua colonização inglesa, pode-se ponderar o efeito das instituições sobre os padrões de *accountability* democrática. O que é importante é que essa literatura específica a países tem

de accountability horizontal proposto por O'Donnell (2003) sua utilização facilita o entendimento. Para uma discussão mais aprofundada do conceito de accountability suas limitações e qualificações ver Mainwaring e Welna (org.; 2003).

Capítulo 1 Introdução

dois temas relevantes: o papel das instituições e problemas de assimetria de informação. Assume-se que com informação crível os eleitores podem punir políticos corruptos, mas sob que condições e qual o mecanismo causal?

No caso brasileiro, os prognósticos tem sido marcadamente pessimistas quanto a capacidade de responsabilização. O país adotou quase todas as instituições que a literatura prevê como inibidoras do controle. Em primeiro lugar, há um *presidencialismo imperial* que legisla por decreto e que literalmente “compra” apoio do legislativo, seja com recursos políticos, seja com malas de dinheiro, solapando os *checks and balances* esperados da separação de poderes. Já o sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta gera um sistema partidário com um número efetivo de partidos entre os maiores do mundo, atomizado, fragmentado, personalista e fisiológico. Um federalismo forte e descentralizado acentua a fragmentação do sistema partidário. O sistema de justiça, muito suscetível a recursos e apelações é notoriamente produtor de impunidade e morosidade. A democracia é ainda muito recente, outro critério julgado importante para a qualidade da representação. Se a imprensa é “livre”, talvez não é tão pluralista e neutra quanto necessário, sendo dominada pelos próprios políticos em algumas regiões. Além das mazelas institucionais prejudica o fato do país ter grave desigualdade de renda, uma vasta pobreza e um sistema educacional público deficiente. Além disso, a compra e venda de votos é um mercado bem estabelecido prejudicando a *accountability*. Por fim, supostamente há uma *cultura* que premia o “malandro”, que aceita o suborno como prática corrente, que exalta o *jeitinho* e o “rouba mas faz”.

Apesar de todas as mazelas sociais e institucionais vários estudos recentes apontam que o eleitor bem informado pune sim o político acusado de crimes e corrupção, mas somente sob condições específicas. Ferraz e Finan (2007) utilizam dados de auditorias realizadas aleatoriamente nos municípios brasileiros e mostram que a divulgação das mesmas diminuem as chances de reeleição de políticos que cometeram irregularidades, e esse efeito é intensificado em municípios com estações locais de rádio. Já Pereira, Melo e Figueiredo (2009) mostram que a informação sobre irregularidades cometidos por prefeitos em Pernambuco só tem efeito negativo sobre as chances de reeleição quando veiculadas no mesmo ano da eleição, mostrando que o *timing* da informação é essencial. Além disso, esse estudo também evidencia que a instituição da reeleição pode gerar incentivos para desvios de conduta, já que a investidura no cargo aumenta a possibilidade de se livrar de punições, contrariando previsões da literatura preexistente sobre os incentivos da reeleição. Além disso, em cenários onde a chance de esquemas de corrupção serem descobertos é baixa os ganhos de praticá-los se elevam e a competição política pode gerar incentivos deletérios ao controle, novamente ao contrário do que é esperado (Pereira et al., 2008).

Capítulo 1 Introdução

Em trabalho mais recente Pereira, Melo e Bavani (2012) mostram que o efeito negativo da exposição de prefeitos em casos de corrupção desaparece quando os gastos públicos se elevam, o que corroboraria a tese do “rouba mas faz”.³ Em sentido oposto, Winters e Weitz-Shapiro (2010) utilizando um survey-experimento de alcance nacional demonstram que os eleitores em posse de informações específicas e com credibilidade rejeitam candidatos acusados de corrupção, contrariando a tese da tolerância e do *trade-off* implícita na lógica do “rouba mas faz”. Embora esses trabalhos avancem muito na direção de demonstrar como e quando a informação importa para *accountability* também trazem limitações quanto a sua generalização. Em primeiro lugar, elas lidam com prefeitos, que tem incentivos muito distintos dos deputados federais. Além disso, o primeiro estudo traz dados somente para um estado da federação, dificultando sua generalização para o restante do país. Por fim, embora o estudo experimental tenha alcance nacional, podem ser feitas críticas quanto a validade externa do experimento, de fato ter informação crível pode não ser observado na realidade. Além disso, há problemas de *social desirability*, ou seja, as respostas dos entrevistados naquele trabalho não é sincera mas é feita de acordo com o que eles subjetivamente avaliam como a resposta mais *correta*, em conformidade com expectativas sociais.

Enquanto que os estudos supracitados são muito informativos, gerando hipóteses e sugerindo os mecanismos causais da responsabilização eleitoral, não podem ser generalizados para o caso dos deputados federais justamente por causa dos diferentes *incentivos institucionais*. No caso dos prefeitos eles são eleitos por maioria absoluta em dois turnos, assegurando *clareza de responsabilidade*. Enquanto isso os deputados federais são eleitos em distritos eleitorais com elevada magnitude e distribuição geográfica variada. A observação do comportamento e do desempenho dos deputados é muito custosa em comparação com o caso dos prefeitos. Os deputados disputam não somente com seus adversários mas até mesmo com seus aliados de coalizão. Isso gera incentivos para uma corrida eleitoral altamente personalizada em que o destino dos deputados é praticamente resultado do seu próprio esforço em arrecadar recursos de campanha. Quando chegam ao cargo os incentivos se revertem, os líderes exercendo enorme controle sobre a agenda legislativa que já é ditada pelo executivo, ficando o legislador individual praticamente impossibilitado de produzir legislação (Figueiredo e Limonji, 2001). Assim podemos perceber que a assimetria de informação é muito maior para deputados federais do que para o nível local.

Pereira, Rennó e Samuels (2011) analisam como o envolvimento em escândalos de corrupção afetou a carreira dos deputados federais na eleição de 2006. Produzindo um indicador de *escândalo* a partir de reportagens da revista Veja e da Folha de São Paulo, os autores chegaram à conclusão que os deputados expostos tem uma probabilidade menor de

³Embora os autores tenham uma interpretação diferente desse achado.

Capítulo 1 Introdução

se candidatarem e se o fizerem tem uma chance menor de se reelegerem, mesmo controlando para vários outros fatores. Esse resultado contradiz o raciocínio institucionalista mostrado acima. A explicação dos autores é que uma série de escândalos de corrupção que antecedem as eleições, entre eles o escândalo do mensalão e dos sanguessuga, pode ter alterado o padrão de *accountability* democrático. Esses escândalos teriam engendrado uma atenção midiática incomum em relação a corrupção política, mobilizando a opinião pública em relação ao tema. O que aconteceu no Brasil pode ter sido algo similar ao que aconteceu na Itália durante o escândalo do *Mani Pulite*. Como mostrou Chang, Golden e Hill (2010) aquele escândalo representa um “divisor de águas” no padrão de punição eleitoral. Todavia, Pereira et al. (2011) analisaram somente a eleição de 2006, não ficando evidenciado se esse padrão de fato é algo novo, nem se ele é duradouro. Se de fato o escândalo do mensalão representa um ponto de inflexão do comportamento eleitoral espera-se que em 2010 haja um efeito similar daquele encontrado em 2006. O presente estudo buscou complementar e expandir a análise de Pereira et al. (2011), estimando como o envolvimento em escândalos de corrupção afetou a carreira política dos deputados federais em 2010, comparando esses resultados com as eleições de 2006.

Além da possibilidade de que os escândalos ocorridos no primeiro mandato de Lula tenham influenciado o pleito de 2010, essa disputa eleitoral teve uma dinâmica própria que pode ter tido um efeito independente sobre o comportamento eleitoral. Logo antes das eleições de 2010 foi aprovada a terceira lei de iniciativa popular posta em vigor desde a criação desse dispositivo constitucional em 1988. Com mais de 1.6 milhões de assinaturas apoiando a iniciativa, essa lei tornou mais severa a condição de elegibilidade, expandindo o número de crimes que impedem a candidatura para cargos eletivos e aumentando o período de inelegibilidade. Se a lei da ficha limpa funcionasse como esperado muitos dos deputados envolvidos em escândalos não poderia concorrer nas eleições de 2010. Ao mesmo tempo, listas com os nomes dos deputados considerados “ficha suja” foram amplamente divulgadas antes das eleições. Assim sendo, também espera-se que os deputados apontados como ficha suja teriam prejuízo eleitoral. O objetivo secundário do presente estudo é medir o efeito dessa lei tanto na probabilidade dos deputados federais disputarem as eleições, quanto no sucesso eleitoral daqueles que participam das eleições.

No restante dos capítulos procede-se da seguinte maneira. No capítulo 2 analisa-se em detalhe como a *accountability* democrática pode ser entendida no contexto da teoria da representação. A partir daí extrai-se as hipóteses mais gerais que a literatura sobre corrupção e *accountability* trabalha. Em seguida, examina-se como os trabalhos empíricos testam essas hipóteses, quais resultados a que chegam e quais são as limitações dos mesmos. No capítulo 3 relata-se de maneira pormenorizada como foi feita a construção do banco de dados, as escolhas metodológicas são justificadas e apresentam-se as soluções

Capítulo 1 Introdução

para os problemas encontrados. O quarto capítulo apresenta os resultados da análise empírica e finalmente no quinto capítulo expoe-se as conclusões gerais do trabalho.

Capítulo 2

Accountability, instituições e agência

2.1 Representação e delegação na teoria democrática

A representação política está no cerne da forma de conceituar e analisar a democracia moderna. Já que esse estudo examina a representação política e ela é indissociável da democracia moderna, deve-se estabelecer conceitualmente o que a democracia representativa é, e, conseqüentemente, o que se pode esperar dela.

O primeiro passo para entender a democracia moderna é dado Schumpeter (1942) na sua crítica aos pilares da teoria clássica da democracia. Conforme argumenta, os conceitos de *bem comum* e *vontade geral* não resistem a uma análise rigorosa. O problema desses conceitos estaria nos pressupostos errôneos que fazem da capacidade dos cidadãos formularem e expressarem preferências em termos de políticas concretas e fazê-lo de maneira unívoca. Com isso o autor argumenta que a função da democracia moderna não seria de expressar a vontade geral ou realizar o bem comum, mas tão somente a de *selecionar lideranças*. Schumpeter afirma que a democracia seria um “arranjo institucional de tomada de decisões em que indivíduos adquirem poder através de uma disputa competitiva por votos” (Schumpeter 2008 [1942], p. 268). Ou seja, a democracia moderna é uma forma de representação política. Para Schumpeter idealmente na democracia haveria uma “competição livre por um voto livre”, mas tal como no *mercado* essa competição quase nunca é perfeita. Finalmente, essa definição não exclui o fato de que o eleitor retira apoio político da mesma forma que o coloca, para esse autor, as eleições são praticamente a única forma de “controle” dos eleitores sobre os seus governantes.

Com essa definição minimalista algumas expectativas normativas da teoria clássica sobre a democracia ficam abaladas. Talvez por conta disso outros autores buscaram expandir a definição. Para Dahl (1972) na democracia os governantes deveriam ser *inteiramente responsivos aos cidadãos*. Deveria haver garantias para que os cidadãos tivessem plenas oportunidades de formular e expressar suas preferências e que elas fossem igualmente con-

sideradas na conduta do governo. Ele então resume em duas dimensões as características essenciais de todos os sistemas de governo: competição e inclusividade. Para o autor a democracia é um tipo-ideal, por isso ele cunha o termo *Poliarquia* para designar o sistema de governo mais plenamente inclusivo e competitivo que goza de todas as garantias políticas essenciais para tal. Com essa nova definição a representação continua indissociável da democracia, isso porque para Dahl a característica fundamental da democracia seria sua função de ser *sistematicamente responsiva às preferências dos cidadãos*.

Apesar do enorme prestígio que goza a definição de Dahl deve-se pensar se de fato é razoável supor que esse método de escolha de governantes necessariamente engendra responsividade. O que não está claro é de que forma um governo pode ser responsivo para todos igualmente se as preferências dos eleitores são múltiplas, heterogêneas e conflitantes. E mesmo que se possa admitir, contra Schumpeter, que os cidadãos podem formular e expressar suas preferências de maneira relevante, é muito mais difícil aceitar que uma multidão de eleitores pode agregar suas preferências de maneira unívoca, mesmo que somente em forma de uma maioria. Desse modo, a responsividade na representação democrática deve ser entendida de maneira mais limitada. Estabelecer quais grupos, preferências e interesses serão considerados na conduta do governo e porquê requer maior elaboração teórica e base empírica. De qualquer forma, é relevante assinalar que a teoria democrática praticamente confunde democracia moderna com representação. Porém, como pode-se definir e compreender a representação de forma que ela seja analiticamente útil?

Sem dúvida uma das análises conceituais mais sólidas sobre representação está em Pitkin (1967). Ela analisa extensamente os diversos sentidos de representação em suas limitações e vantagens elaborando uma classificação das *visões* sobre representação: a acepção formalista, a descritiva, a simbólica e a substancial. Na visão formalista a preocupação é com os arranjos formais que iniciam e terminam a representação, cabendo aí duas dimensões: a perspectiva autorizativa e a da accountability. Pela primeira a ênfase se dá no processo através do qual os políticos são eleitos e como podem fazer valer suas decisões. Já a perspectiva da accountability enfoca a capacidade dos eleitores avaliarem e sancionarem retrospectivamente o desempenho dos governantes. Na visão simbólica um político *representa* na medida que ele serve com símbolo de algo, como o símbolo da luta camponesa, por exemplo. Na visão descritiva os representantes teriam que se “assemelharem” aos eleitores, a boa representação se daria pela emulação das características dos eleitores. Mas para Pitkin, todas essas acepções da palavra não levam em conta a ação propriamente dita dos representantes, o que eles de fato fazem. Para ela, nenhuma das características ou visões da representação serviriam para estabelecer *padrões pelo quais pode-se avaliar a representação*. Na visão substantiva da representação, portanto, o essencial é saber se os representantes *agem* orientados para o interesse daqueles que o elegeram.

Segundo Pitkin (1967) quando alguém representa outra pessoa há de se tomar a seguinte decisão: agir como a pessoa faria ou agir no interesse dela? Assim chega-se à seguinte dualidade: ou os representantes são meros agentes, que devem seguir rigorosamente as instruções dos eleitores, ou eles devem tão somente cuidar do seu bem estar, independente do que os eleitores acreditam ser o melhor para eles. No primeiro sentido dá-se valor à capacidade do cidadão de entender as questões públicas, mas perde-se a deliberação, o caráter flexível e conciliador dos debates que é uma das definições próprias do agir político. Pelo segundo sentido, acredita-se que o cidadão médio não sabe o que é melhor para ele e o representante está muito mais capacitado para tomar decisões em seu nome e em seu proveito. Uma vez feita a delegação haveria de “se entregar ao especialista a tarefa de governar”. Mas o que Pitkin adverte é que um político que sempre toma decisões contrárias aos desejos dos eleitores não pode ser considerado um bom representante. Portanto, o representante devem ser independentes para deliberar e em seguida tomar suas decisões, mas devem também estar ciente da necessidade latente de ter de se justificar porque tomou determinado curso de ação, ou seja, prestar contas. Além disso, é de se supor que seja essencial saber o que os eleitores desejam para determinar o que é do seu interesse, mas ao mesmo tempo, eles desejarão o que for do seu *melhor interesse*. Assim Pitkin julgou ter resolvido o problema conceitual da representação: a controvérsia seriam os dois extremos do conceito, entre eles os autores se colocam em correlação com suas “concepções metapolíticas”.

Com isso toca-se em vários pontos importantes para o entendimento da representação. Primeiro, percebe-se que a representação pode significar mais do que uma avaliação retrospectiva acompanhada de sanções positivas ou negativas. Segundo, ver o representante como um *agente* do eleitorado carrega em si limitações e está correlacionado com crenças (*beliefs*) do próprio analista sobre o grau de sofisticação política dos eleitores e dos políticos. Finalmente, a representação substantiva traz no mínimo duas funções: escolher representantes mais alinhados às preferências dos eleitores e também torná-los responsabilizáveis pelos seus atos.

A representação com a dupla função de mandato responsividade (*mandate-responsive*) e responsabilização é defendida também por Przeworski, Stokes e Manin (1999). A diferença crucial da análise dos últimos é que para eles a representação é vista com a função de atender ao “melhor interesse” do eleitorado (*best interest*). Porém, Pitkin argumenta que postular que haja um “melhor interesse” traz como pressuposto que nas decisões políticas haja um “caminho correto”, uma alternativa verdadeira, que atenda ao interesse dos cidadãos mais do que outras alternativas. Essa definição pressupõe ainda que o representante possa primeiramente saber o que constitui o “melhor interesse” e ainda que tenha efetiva capacidade de satisfazer esse interesse. Finalmente, pressupõe-se que o

representante tenha ele mesmo interesse em promover o melhor interesse da população. Então assumindo que tudo isso seja verdadeiro, pode-se justificar os desvios de mandato (*policy switches*) no melhor interesse do principal, como em Stokes (1999). Por isso também, para esses autores, a visão de representação como mandato seria inerentemente limitada. Já que as condições podem mudar e os representantes tem informações que os cidadãos não podem acessar, os políticos necessitam de alguma margem de liberdade para tomarem decisões independentemente do que desejam os principais e independente do que prometeram para seus mandatos. Contudo, se o conceito de *bem comum* foi rejeitado pela mesma razão deve-se rechaçar o *melhor interesse*. Esse conceito pressupõe que os representantes tenham incentivos em prover o que está no *melhor interesse* dos eleitores, quando poderiam fornecer somente o estritamente necessário para se elegerem. Além disso, se os eleitores tem uma racionalidade limitada (*bounded rationality*) eles raramente poderiam distinguir seu melhor interesse de outro resultado sub-ótimo. Deve-se lembrar ainda que qualquer decisão política implica em custos, e que os interesses dos cidadãos estão em constante conflito, tornando difícil uma solução que agrade a todos. Ainda mais é preciso pensar que o interesse dos cidadãos depende de suas preferências. Vista dessa forma a política é um jogo de conflito, de negociação de interesses diferentes e contraditórios entre si. Julgar que haja uma “política correta” que o político pode observar e que a população não observa se revela tão fantasioso quanto postular o *bem comum*.

Com isso retorna-se à definição de Pitkin de que a representação serve para exatamente o que essa palavra denota, tornar presente o que não está lá, efetivar um governo que torna presente o povo sem que de fato isso ocorra. Todavia, ao instalar um governo os cidadãos fazem uma escolha coletiva entre alternativas definidas exogenamente, os *mandatos* que podem escolher estão limitados pelo que os políticos oferecem. Assim sendo, os políticos deverão implementar políticas e distribuir benefícios para que os eleitores continuem a lhes fornecer apoio político e manipular a informação disponível para evitar punições. Pressupondo que os políticos ou as máquinas partidárias desejam se perpetuar no poder é também racional supor que eles distribuam benefício e políticas *estrategicamente* para garantir sua eleição, mas não terão interesse em promover algo que acreditem ser o bem comum ou o *melhor interesse*. Ademais, o interesse em manipular as informações disponíveis aos eleitores só será contra restada pelo custo político que isso poderia acarretar, o que por sua vez depende de vários outros fatores.

Para a representação como *accountability* fica-se com a assertiva que a informação é crucial. Também se percebe que a capacidade de punir os governantes pelos seus desvios de mandato será atenuada pelas outras funções ou usos intrínsecos da representação. Como na tipologia clássica de Weber, a liderança ou autoridade pode se constituir em várias bases, sendo o *carisma* uma delas. Com isso a capacidade e disposição de punir os go-

vernantes pelo seu desempenho insuficiente é severamente limitada pela própria natureza múltipla da representação.

Przeworski et al. (1999) definem *representação como accountability* afirmando que ela existe quando os eleitores conseguem discernir quando o governo está agindo no interesse deles e sancioná-lo de acordo, de forma que os governantes que agirem no “*melhor interesse*” dos eleitores serão reeleitos. Mas ao rejeitar a concepção de *melhor interesse* então deve-se reformular essa definição. Assim a accountability ocorrerá quando os eleitores sancionam os governantes com base no seu desempenho, de forma que os políticos que desejam manter seu apoio político deverão distribuir estrategicamente políticas e benefícios. Dentro dessa definição pode-se agora buscar quais fatores facilitam ou impedem a avaliação e sanção dos representantes.

De forma bastante padrão, relações de accountability são enquadradas (*framed*) como relações de delegação. Inicialmente há uma delegação de poder do *principal* para um *agente* para que o último haja conforme o interesse do primeiro. No caso da representação política esse “contrato” seria revisto periodicamente, oportunidade na qual o eleitor pode renovar ou não a delegação. Entretanto, como a ação é desenvolvida pelo agente e o principal não pode observar seu comportamento diretamente, surgem oportunidades para que o agente se desvie do interesse do principal em alguma medida (*shirk*) e obtenha rendas (*rents*). Para monitorar o comportamento do seu agente o principal deve ter informações sobre o seu desempenho que são custosas para obter. No caso da accountability política os agentes governam os principais, o que significa, entre outras coisas, que eles podem manipular a informação disponível. Finalmente, o principal não observa as condições (*estados do mundo*) com que os governantes se deparam, prejudicando ainda mais a avaliação retrospectiva dos eleitores.

Através das eleições os eleitores oferecem um *trade-off* para os políticos entre extrair rendas e oferecer políticas (Przeworski et al. 1999). Os políticos tentam equacionar a extração de rendas com a satisfação dos interesses dos eleitores. Prejudicará o controle se os eleitores tiverem informação incompleta tanto sobre a quantidade de rendas extraídas, quanto sobre a implementação das políticas. Ademais se os políticos não desejarem se reelegerem somente buscarão extrair rendas. Finalmente, os políticos devem saber o que irá satisfazer os cidadãos o suficiente para garantir apoio político. Posto que há custos de informação nos dois sentidos, a avaliação retrospectiva será necessariamente sujeita à imprecisão, de forma que alguns autores argumentam que a reeleição ou não de um político não é critério para avaliar se houve representação (Pitkin, 1967). Tanto os eleitores quanto os políticos podem errar.

Outra limitação para a avaliação retrospectiva é que a ameaça de punição dos eleitores

deve gozar de credibilidade. Quando os eleitores votam programaticamente ou ideologicamente essa ameaça perde um pouco de sua credibilidade. Ademais, os eleitores também devem avaliar a credibilidade dos adversários com base no desempenho deles em governos passados ou como oposição. Os *principais* precisam evocar contrafactuais sobre o desempenho da oposição tivesse sido ela governo. Se os adversários tiveram a reputação manchada em governos passados, ou seu desempenho pareceu inferior ao eleitor, não compensaria votar na oposição, assim o governante faria menos do que poderia para o bem-estar dos eleitores já que a ameaça de punição não seria crível. Isso também é relevante nas punições eleitorais devidas a escândalos de corrupção, se todos os políticos são considerados desonestos o eleitor deixará de punir a extração de rendas avaliando o político somente nas outras dimensões da representação.

Przeworski et al. (1999) ainda oferecem outras pistas de como o controle pode se desmanchar na representação política que convém analisar. Em primeiro lugar, deve haver *clareza de responsabilidade* para que os eleitores possam identificar os atores responsáveis por determinado desempenho específico. Aqui a análise das instituições começa a importar para a discussão. A responsabilização torna-se mais opaca a medida que se multiplicam os agentes. Nos países federalistas há divisões de poder tanto horizontalmente quanto verticalmente. Os níveis de governo, federal, estadual e local, competem e/ou colaboram para a provisão agregada de bem-estar. Além disso, cada uma dessas esferas se divide entre poderes separados que devem colaborar. No próprio poder legislativo, cada distrito eleitoral tem múltiplos representantes. Além disso, dependendo das regras do jogo os partidos podem se agregar em coalizões de forma incontrolável pelo eleitor. Assim, recompensar adequadamente cada agente político na sua contribuição relativa para o bem-estar torna-se um exercício bastante complexo.

Conforme se prevê teoricamente, também contribui para fortalecer a responsabilização política a disponibilidade de informação a baixo custo para o eleitor e nesse ponto todas as análises parecem convergir. Os principais atores que podem promover transparência são os órgãos de controle, a oposição e a mídia. Cada um deles deve ter o interesse, motivação e capacidade de monitorar o governo e divulgar as informações relevantes. Os órgãos de controle devem ter recursos, independência, autonomia, incentivos seletivos e insulamento suficiente para fiscalizar os políticos e burocratas. Algumas análises focam na regra pela qual os “controladores” são nomeados e seus poderes, tal como em Shugart, Moreno e Crisp (2003). Interage ainda com essas regras de nomeação a dinâmica política que a envolve. Como mostram Pereira, Melo e Figueiredo (2009), a alternância de poder fortalece os Tribunais de Contas Estaduais, já que num cenário de incertezas eleitorais os governadores podem ter incentivos para “atar as próprias mãos”, tomando de empréstimo argumentos

da literatura da independência do judiciário.¹ Além disso, os órgãos de controle devem interagir e colaborar para que tenham efetividade, assim Santiso (2007) afirma que os controladores devem estar funcionalmente inseridos na rede de accountability mais geral. Isso é também sugerido por Power e Taylor (2011) que postulam haver uma rede de instituições de accountability que deve interagir de maneira correta para que no agregado haja mais controle.

As oposições também devem ter o interesse e a credibilidade para fiscalizar o governo. Se os eleitores julgam que o governo e a oposição são indistinguíveis em termo de extração de rendas, escândalos de corrupção *per si* não terão peso na sua avaliação retrospectiva. Além disso, uma oposição que sempre critica o governo não terá credibilidade, conforme argumentam Przeworski et al. (1999). Finalmente há a possibilidade de conluio entre as duas partes. Isso pode ocorrer quando os benefícios de denunciar não superam seus custos, por exemplo, quando um lobby oferece recursos de campanha através de caixa dois tanto para a oposição, quanto para a situação. Também pode ocorrer quando a ameaça de delação de esquemas de corrupção pela oposição é contra restada por ameaça idêntica feita pela situação. Finalmente, a própria natureza da disputa política também importa. Nas disputas majoritárias para prefeituras há incentivos para criticar os adversários, dado seu reduzido número. Contudo, no caso dos deputados federais, cada um disputa com todos os outros, inclusive com os colegas de partido e coalizão. Com recursos e tempo de exposição limitados, esses “jogadores” terão mais incentivos para ressaltar suas propostas e qualidades do que criticar e denunciar uma multidão de adversários. De todo modo, a despeito dos incentivos institucionais, os partidos podem ter incentivos para denunciar e adotar uma postura anticorrupção justamente por serem oposição e muitos eleitores podem dar apoio político para esse atores justamente para desempenhar essa função.

A mídia também deve ter a capacidade de gerar informação e interesse de divulgá-la, contrariando diretamente os interesses do governo. Para isso a mídia deve ser suficientemente independente do governo. A pluralidade da mídia também é importante, já que gera competição nesse mercado. A liberdade e pluralidade da mídia pode ser ameaçada tanto por leis e ameaças violentas, como também pelo conluio. Os governantes podem ser os donos dos meios de comunicação e de fato essa é uma realidade brasileira. Também há a possibilidade do governo oferecer contratos de propaganda governamental em troca de apoio político. Além disso, certos grupos de pressão podem controlar a mídia e abafar denúncias que os envolvam. Finalmente, os veículos de comunicação podem ter alianças ou fazer parte de grupos políticos, podem ter preferências ideológicas e programáticas próprias. Não havendo pluralidade suficiente a denúncia de escândalos pode sofrer severo

¹Para uma revisão dos argumentos sobre delegação de poderes para o judiciário ver Helmke e Rosenbluth (2009)

viés. Segundo Porto (2011), somente nas últimas décadas o jornalismo político nacional se profissionalizou tentando se afastar do modelo de “instrumentos de propaganda” de partidos e facções políticas que perdurou em períodos anteriores.

Apesar da utilidade da análise precedente para examinar a questão da representação, seguindo Kitschelt e Wilkinson (2007) ela deixa de fora ligações (*links*) entre eleitores e políticos que precisam ser incorporadas. Para aqueles autores, pode-se juntar esses estudos sob o rótulo de “*responsible party government model*”. Nesse modelo, primeiramente, os eleitores tem preferências sobre determinadas políticas. Os partidos então agregam preferências em pacotes e as oferecem aos eleitores. Os eleitores por sua vez escolhem entre esses pacotes a opção mais compatível, pesando critérios de elegibilidade e credibilidade. O partido eleito, ou a coalizão vitoriosa, implementa essas políticas antevendo as próximas eleições, momento em que podem se desviar do mandato programático se julgarem mais vantajoso. Finalmente, os eleitores responsabilizam situação e oposição pelo seu desempenho e esforço durante o mandato.

O que fica de fora do modelo de *partido responsável* são todas as ligações entre eleitores e representantes baseadas na *troca contingente de bens localizados* (*targeted goods*). Quando eleitores (ou grupos deles) trocam apoio político por *bens* a accountability degenera na entrega dos bens acordados. Assim, uma nova forma de responsabilização se origina, o que Kitschelt e Wilkinson (2007) denominam de *accountability clientelística*. Pode inclusive ocorrer situações nas quais os políticos controlam os votos através de ameaças aos eleitores que renegarem o acordo clientelístico, o que Stokes (2005) chama de *accountability perversa*.

De forma geral, o clientelismo foi interpretado como uma “relação durável, direta, hierárquica e assimétrica entre patrões e clientelas com bases normativas” típica de sociedades tradicionais (Kitschelt et al., 2007). No Brasil essa variante tradicional de clientelismo foi tratada pela literatura que examina o “voto de cabresto”, tipicamente relevante em regiões pobres do nordeste brasileiro. Com as muitas mudanças ocorridas desde o tempo dos coronéis, presume-se que essa relação passou a se dar de forma intermediada, intermitente, instrumental racional e simétrica. É dessa forma que variações de clientelismo podem se manifestar longe do cenário típico do sertão nordestino, da enxada e do voto, nas grandes metrópoles brasileiras. Para que essa relação seja estável, necessita-se de pelo menos três condições: que a troca de voto por apoio político seja *contingente*, *predizível* e que haja *monitoramento*. Isso é importante por que ambas as partes da barganha podem “renegar” do contrato. Mas quando esse jogo é repetido inúmeras vezes ele pode se tornar previsível e de baixo risco, podendo inclusive cristalizar-se em relações de “gratidão” e “apadrinhamento político”, típicos da variante tradicional de clientelismo.

Os tipos de bens que caracterizam a troca clientelística são os bens individuais e os “de clube”. Os bens de clube (*club goods*) são definidos como bens que promovem benefícios para um subconjunto de cidadãos ao mesmo tempo que impõe custos aos restantes (Kitschelt et al., 2007). Cidadãos fora da fronteira daquele grupo podem ser excluídos do desfrute daquele bem. Enquanto isso os bens individuais são os mais tipicamente utilizados em transações clientelísticas, os bens de clube não necessariamente o serão, já que pode estar ausente o monitoramento sobre os eleitores. Já os bens públicos, cujo usufruto a ninguém pode ser negado, não se prestariam a esse tipo de transação. Dessa forma, seja tradicional ou racional instrumental, as trocas clientelísticas e de patronagem diminuem ainda mais a capacidade e interesse dos eleitores responsabilizarem seus representantes por eventuais desvios de mandato. Feita a troca de bens por votos os políticos poderiam, em tese, fazer o que bem entendem durante seu mandato. A própria existência desse tipo de relação política inviabiliza a ideia de controle democrático presente na visão de representação como accountability.

Se a troca de apoio político por *bens*, de forma contingente ou não, é parte constituinte do mercado eleitoral, da representação e da democracia moderna, logo o *framework* teórico do partido responsável é claramente insuficiente.² Mesmo o esquema teórico proposto por Przeworski e colaboradores falha por não incorporar esse tipo de troca política. Por isso necessita-se de outro enquadramento teórico da representação que incorpore todos esses *links* entre principais e agentes. Embora não tenha sido feita para esse propósito pode utilizar o esquema analítico proposto por Cox e McCubbins (1986), para eles a política eleitoral pode ser vista como um *jogo redistributivo*. Com esse conceito as eleições podem ser moduladas como um jogo de soma zero, em que há ganhadores e perdedores, ao contrário da noção de bem comum e melhor interesse. Para esses autores a política eleitoral é uma na qual “os candidatos propõem a redistribuição de bem-estar (*welfare*) entre os vários grupos que compõem o eleitorado”. Essa ideia pode ser incorporada então à definição de representação e democracia como a competição por apoio político, através da teoria do *jogo redistributivo* evidencia-se a “moeda” utilizada na competição por votos. Essa definição diverge da anterior já que se livra da necessidade de postular que haja o *melhor interesse*. Além disso, o voto ideológico pode ser redefinido como a preferência por determinados bens públicos. Por fim, o voto clientelístico e o lobby podem ser incluídos no núcleo da definição da representação, gerando um entendimento da democracia mais realista, abrangente e flexível.

²Há, é claro, uma questão normativa de se aceitar, ou não, esse tipo de troca política como sendo legítima. Como aqui o objetivo é explicar e não julgar, para um análise positiva essa questão da legitimidade pode ser ignorada. Acrescenta-se que a troca de apoio político por bens pode se dar de maneira não contingente, ou seja, não clientelística, na forma de *política redistributiva*. Se o lobby é parte dessa redistribuição por apoio político, então excluir esse tipo de relação política como ilegítima gera uma teoria irrealista, dado que o lobby está presente em todas as democracias atualmente existentes.

A diferença entre as duas formas de conceituar a representação pode ser destacada pela distinção de Mayhew (1974) entre tomada de posição (*position taking*) e reivindicação de crédito (*credit claiming*). Os chamados modelos espaciais, que vão na lógica da tomada de posição num espaço ideológico, podem ser tratados como um subtipo de relação política dentro do jogo redistributivo. Os pacotes programáticos podem ser então redefinidos como *promessas de distribuição de bens públicos*. Os partidos então mesclam o *portfólio* de tipos de bens oferecidos para suas várias clientelas. No final do mandato os eleitores podem sancionar os políticos de acordo com sua avaliação do desempenho do governo sobre a distribuição de bens, sejam eles públicos, privados ou de clube. Assim pode-se redefinir a *accountability* como a avaliação e sanção do desempenho dos agentes na distribuição de bens.

Essa nova visão da accountability e da representação se harmoniza com a noção de Schumpeter da democracia ser um método de disputa competitiva de apoio político cuja função é formar um governo. Mas para aquele autor, basicamente o único controle que os principais têm sobre seus agentes é negar-lhes apoio nas eleições. Mas para que a política eleitoral como um jogo redistributivo seja útil em toda sua extensão o eleitorado não deve ser visto como uma massa amorfa de eleitores politicamente inertes e ignorantes. Pelo contrário, a atuação política dos eleitores adquire toda relevância nessa nova conceptualização, sua capacidade organizativa de pressionar os políticos pela distribuição de bens faz parte do jogo redistributivo. Os diversos grupos na sociedade rotineiramente pressionam os políticos para que ajam da forma que lhes parece mais favorável aos seus interesses. Os lobbies, sindicatos e associações organizam clientelas para melhor barganharem por bens. Assim, evocando Olson (1971), o caráter amorfo e inerte dos eleitores em geral pode ser atribuído as dificuldades inerentes à ação coletiva, em termos de custos concentrados e benefício difusos, coerção e incentivos seletivos. Por isso, grupos pequenos que gozam de grandes recursos políticos podem organizar suas demandas políticas mais facilmente. Portanto, deve-se rejeitar aceção de que o voto constitui a única forma de controle sobre os governantes, embora seja a principal. Rotineiramente na democracia grupos de eleitores pressionam e distribuem apoio político (não somente na forma de votos) a partidos e candidatos em troca de mercadorias políticas.

Embora a relativa capacidade cognitiva e racionalidade do eleitorado seja pressuposta em muitos dos modelos teóricos, outros estudiosos se propuseram a examinar empiricamente seu relativo grau de sofisticação política. De um lado, parece haver relativo consenso e abundância de evidências de que os eleitores punem os governantes incompetentes, por exemplo, na literatura do voto econômico. Para Fiorina (1981, apud Achen e Bartels, 2004a), a despeito da complexidade das várias escolhas políticas e da relativa falta de informação disponível, os eleitores poderiam julgar o desempenho dos políticos através

do que *vêm* e *sentem* na prática, eles precisariam tão somente realizar um cálculo das mudanças no seu próprio bem-estar. Haveria também uma abundância de evidências empíricas mostrando que em períodos de baixo desempenho macroeconômico os eleitores puniriam eleitoralmente os governantes (Kramer, 1971; Markus, 1988; Lewis-Beck, 1988 apud Achen e Bartels, 2004b). Contudo, vários outros autores contestam a validade desses achados. Para Cheibub e Przeworski (1999), apesar de haver indícios do padrão de voto econômico em pesquisas analisando países específicos, os efeitos das variáveis econômicas são “pequenos e instáveis”. Ao revisarem os achados empíricos sobre o tema e através de seu próprio teste empírico, incluindo 194 países de 1950 a 1990, estes autores concluem que ou os governantes não são responsabilizados pelos eleitores com base em desempenho econômico, ou os procedimentos estatísticos empregados foram falhos. Para os mesmos autores os dados mostram que “eleição não é um instrumento efetivo para induzir representação” (Cheibub e Przeworski, 1999 p. 238).

Achen e Bartels (2004a; 2004b) não contestam as evidências do “voto econômico”, mas eles acreditam que os mecanismos de punição eleitoral são bastante diferentes do que essa narrativa faz supor, tal como ele é apresentado, por exemplo em Fiorina (1981). Aqueles autores criticam a própria noção de racionalidade implícita nos modelos de avaliação retrospectiva e accountability. A avaliação retrospectiva do eleitor talvez seja mais relacionada a emoções intempestivas, do que um frio cálculo instrumental de custos e benefícios. Dessa forma, pode-se interpretar o voto econômico mais como “chutar o cachorro” do que premiar o bom comportamento de agentes. O voto dos eleitores seria muito influenciado por insatisfações ocorridas temporalmente próximas do pleito, sendo o governante o bote expiatório das frustrações coletivas. Os mesmos autores demonstram empiricamente relações entre votos para presidente e ataques de tubarão e outros eventos fortuitos.

Mesmo com as limitações da avaliação retrospectiva dos eleitores alguns autores procuram mostrar como, mesmo em face de escolha complexas e com pouca informação, os eleitores podem utilizar *atalhos informacionais* e selecionar alternativas mais próximos dos seus interesses. Lupia (1994) mostra como eleitores mal informados utilizaram esses atalhos para emular o voto dos eleitores bem informados num referendo feito na Califórnia.

Diante dos achados conflitantes na discussão do voto econômico é pertinente reexaminar os pressupostos comportamentais no que tange ao voto retrospectivo. Talvez fazer suposições sobre o eleitor mediano seja algo tão fantasioso como analiticamente inútil. Mais razoável seria deixar em aberto a capacidade cognitiva e o grau de assimetria de informação, assim como a racionalidade dos eleitores. Muito provavelmente o comportamento e racionalidade da decisão eleitoral é algo que varia entre países, classes, grupos e indivíduos. Provavelmente também, apesar da elegância matemática do pressuposto

da racionalidade em modelos formais, muitos eleitores continuam a votar com base em critérios emocionais e tradicionais. Quem poderá negar que a política não seja o espaço também das violentas e intempestivas *paixões*? O voto ideológico pode tanto ser explicado como um *alinhamento racional de preferências* como uma aderência a um grupo social inculcada através de processos de socialização ou uma maneira de *expressar* o pertencimento a classes ou grupos, como proposto por Schuessler (2000). Talvez o próprio ato de votar seja algo mais emocional ou social do que racional, um eleitor racional logo calcularia que o impacto individual do seu voto sobre a escolha dos governantes se aproxima de zero, abrindo espaço para um eleitor cínico *racionalmente ignorante*. Assim, em consonância com as múltiplas visões da representação proposta por Pitkin, como fotografias tiradas do mesmo fenômeno sob ângulos diversos, assim também o comportamento e a *motivação* do voto deve ser deixado variar para incorporar a multiplicidade de representação e suas inerentes limitações. Por isso, mesmo aceitando como razoável o pressuposto de uma racionalidade limitada (*bounded*), deve-se estar *ciente e atento* às suas limitações.

Que conclusões pode-se extrair sobre *accountability* democrática da análise precedente? Levadas em conta todas as dificuldades do “povo” controlar seus representantes, torna-se claro que se deve rejeitar a discussão da *accountability* como a busca por um “mecanismo magicamente eficaz de dirigir a fábrica da felicidade pela mãos da razão e da lei” (Bentham, 1970 [1789]:11). É mais oportuno perceber a responsabilização como o traçar de uma “fronteira cada vez mais nítida entre a liberdade necessária para a ação política e a extração de rendas que essa liberdade origina” (Dunn, 1999). A capacidade dos eleitores controlarem os representantes não deve ser assim superestimada. Como admitem Przeworski et al. (1999), o voto é um instrumento cego para punir ou recompensar as milhares de decisões do governo que afetam o bem-estar da população. Todavia, como ressalta Dunn (1999), as eleições suavizam as humilhações intrínsecas de ser governado e provavelmente fornece “limites tênues” sobre a danos que os políticos podem voluntariamente causar sobre o eleitorado.

2.2 *Accountability* e o debate institucional

Como afirmou Madison, dadas as limitações das eleições como um instrumento de controle, faz-se necessárias precauções auxiliares para impedir a tirania dos governantes. É preciso lembrar também que a democracia moderna é um *método para a seleção de governantes*, e, como todo método, ele admite diferentes possibilidades. Assim, o *procedimento* de escolha dos governantes poderia influenciar na capacidade dos eleitores punirem políticos que se desviam do seu mandato. Além disso, outras instituições estatais poderiam aumentar o grau de transparência e responsividade dos governantes, assim o grau de *freios*

e *contrapesos* no regime político também pode ser relevante para a representação como *accountability*.

Sem dúvida, a pedra de toque dos estudos de política comparada que analisam a responsabilização democrática é a ideia que as instituições importam. Seguindo a tipologia elaborada por Lijphart (1999) de modelos majoritários e consensuais de democracia muitos estudos partiram para verificar como o desenho institucional engendra uma estrutura de incentivos conducente ou não ao controle democrático. A análise da política nacional não foge à regra também utilizando esse enfoque institucional. Por exemplo, de acordo com Ames (2001) boa parte dos problemas políticos brasileiros tem origem institucional, principalmente o número excessivo de “atores com poder de veto” (*veto-players*).

Segundo Melo (2007) a representação como responsabilização está enraizada no ideal normativo do modelo majoritário de democracia. Analisando somente esse aspecto da democracia poderia levar a um viés institucional a favor da linha majoritária, típica de países anglo-saxões. O modelo majoritário seria mais conducente a responsabilização justamente porque haveria maior *clareza de responsabilidade*. Isso significa que os eleitores podem facilmente *identificar* quem é responsável pelo governo e o governo tem condições de *efetivamente* implementar suas políticas. No nível legislativo, cada distrito teria somente um representante, facilitando a relação direta de cobrança e punição pelos eleitores. Finalmente, esse modelo gera partidos responsáveis, já que há menos disputas intrapartidárias e qualquer escândalo a afetar um candidato pode afetar a credibilidade do partido como um todo. Vê-se assim configurado o modelo do partido responsável, programático e com clareza de responsabilidade.

A despeito do viés majoritário na discussão sobre accountability alguns autores argumentam que haveriam *trade-offs* entre as duas escolhas institucionais. De outra parte há muita discordância teórica sobre os efeitos de instituições políticas específicas. Segundo Strom (2003, apud Melo, 2007), o sistema de separação de poderes e *checks and balances* leva a um aumento da transparência e do controle de desvios de conduta (*moral hazards*). Já no modelo majoritário típico de Westminster haveria maior controle na seleção dos representantes pelos líderes partidários, diminuindo problemas de seleção adversa (*adverse selection*), o que é consistente com a noção de partido responsável. Além disso, haveriam dois outros *trade-off* sugeridos pelo marco analítico de Cox e McCubbins (2001, apud Melo, 2007). O sistema consensual seria mais *resoluto*, com seus múltiplos vetos e contrapesos tornaria a tomada de decisões mais lenta porém dá mais credibilidade, legitimidade e estabilidade às mudanças e decisões. Já o sistema majoritário seria mais *decisivo*, teria maior capacidade de tomar decisões, apesar dessas serem mais instáveis. O segundo *trade-off* apontado pelos autores seria os incentivos para distribuição de bens públicos ou

privados, de acordo com eles um número elevado de *veto players* seria mais conducentes a distribuição de bens privados.

Dada a enorme variação institucional em termos de combinações das diferentes instituições políticas, não é de surpreender que a tipologia dualista consensual-majoritário proposta por Lijphart seja falha como variável explicativa da percepção da corrupção nos testes empíricos realizados (Persson e Tabellini, 2004). Ao invés disso, instituições específicas são mobilizadas pela literatura sobre accountability, principalmente a *forma de governo*, a *regra eleitoral* (Persson e Tabellini, 2004) e a estrutura federativa (Kunicová, 2006).

A regra eleitoral é um dos mais importantes fatores explicativos utilizados pela literatura institucional. Por exemplo, de acordo com Shugart, Moreno e Crisp (2001) todo esforço para fortalecer a accountability horizontal seria frustrado enquanto não se corrigissem os efeitos perversos causados pelo sistema eleitoral. Do sistema eleitoral Persson e Tabellini (2004) destacam a *regra eleitoral*, a *magnitude do distrito* e a *estrutura da “cédula” eleitoral* (*ballot structure*), enquanto Shugart e Carey (1995) afirmam ser essencial analisar o *processo de nomeação* e a *regra eleitoral*. Também é analisado em vários trabalhos o *efeito do sistema partidário*, que é muito influenciado pelo sistema eleitoral e pelo federalismo. Para Mainwaring e Scully (1995) partidos fracamente institucionalizados e personalistas representam desafios ao correto funcionamento e consolidação da democracia.

Segundo modelo formal apresentado por Persson e Tabellini (2000) a capacidade dos eleitores votarem *no candidato* seria mais conducente a responsabilização já que fortalece o link direto entre eleitor e representante, criando incentivos para o bom comportamento. Já para Cox e McCubbins (1995), que enquadram o problema em termos de competição intrapartidária e interpartidária, o voto personalizado poderia gerar muita competição intrapartidária incentivando a distribuição de bens geograficamente localizados, o que por sua vez aumentaria a incidência de práticas corruptas. Por outro lado, quando os líderes partidários tem controle demais sobre as listas de candidatos, isso também poderia gerar um déficit de responsabilização já que a carreira do político passaria a depender mais do líder partidário do que do seu reduto eleitoral. Então, para esses autores, o modelo virtuoso de sistema eleitoral-partidário seria um meio termo entre um extremo personalismo e um controle férreo pelo líderes partidários. Segundo esse prognóstico, o modelo da representação proporcional de lista aberta, adotado no Brasil, se torna pior a medida que a magnitude distrital se eleva, já que aumenta a competição intrapartidária e a orientação personalista da disputa eleitoral.

No sentido oposto à lógica do efeito perverso da competição intrapartidária, Myerson (1993) argumenta que por causa de maiores *barreiras de entrada*, os sistemas de maioria simples em distritos uninominais (*plurality*) facilitaria a sobrevivência de políticos deso-

nestos. Isso se daria já que os eleitores poderiam não ter a opção de votar num candidato honesto e ideologicamente próximo, preferindo votar no candidato corrupto do partido de sua preferência do que votar num honesto de outro partido. Além disso, esse argumento leva à conclusão que quanto maior a magnitude distrital, mais competitivo e, portanto, menos oportunidade de corrupção, ao contrário do que se esperaria com o modelo de Cox e McCubbins (1995).

Persson, Roland e Tabellini (2003) argumentam que a representação proporcional (RP) em distritos de elevada magnitude teria o efeito indireto de aumentar os membros da coalizão partidária, o que, por sua vez, diminuiria tanto a clareza de responsabilidade, quanto os incentivos para o bom comportamento. Além disso, Kunicová e Rose-Ackerman (2005) argumentam que o sistema de RP, por gerar gabinetes de coalizão, aumentaria as oportunidades de corrupção política, dados os *custos e ganhos relativos* do monitoramento do governo realizado tanto pela oposição, quanto pela população. Isso porque num sistema multipartidário de coalizão qualquer denúncia feita por um partido gera benefícios marginais pequenos para todos os partidos de oposição. Ademais, um partido da oposição teria menos incentivo de denunciar o governo porque, em tese, ele poderia fazer parte do governo no futuro, juntando-se a coalizão. Por fim, conforme argumentam os autores, no sistema de *plurality* os problemas de ação coletiva seriam menores como também a observabilidade da ação dos políticos seria facilitada pela menor quantidade de eleitores em cada distrito.

No que se refere ao *sistema de governo* as previsões teóricas também não são unânimes. Para Cox e McCubbins (2001) um número elevado de *veto players* eleva a natureza privada das trocas políticas, com isso também aumentariam as práticas de corrupção. Em direta discordância com essa lógica outros autores argumentam que o aumento do número de *veto-players* gera incentivos para a transparência (Andrews e Montinola, 2004 apud Kunicová 2006). Para Persson, Roland e Tabellini (1997; 2000) no presidencialismo, que a rigor teria mais pontos de veto, haveria mais controle. Isso se daria já que o presidente tem uma ligação direta e pessoal com o eleitorado, o que incentiva o bom comportamento e facilita a atribuição de responsabilidade. Além disso, por aumentar os *checks and balances* a ambição de um poder poderia frear o outro, ao mesmo tempo em que esses conflitos potencialmente diminuiriam assimetrias de informação. Tal raciocínio dos efeitos virtuosos dos *checks and balances* também está presente na contribuição de Shugart, Moreno e Crisp (2003). Para eles os *principais* poderiam se aproveitar das ambições contrapostas (*countervailing ambitions*), já que elas gerariam incentivos de controle recíproco entre atores do Estado.

Motivados pelas análises teóricas sobre os efeitos das instituições sobre a responsabilização,

muitos estudiosos se lançaram ao trabalho de testar empiricamente esses postulados. Para Persson e Tabellini (2004) não haveria um sentido unívoco do efeito do sistema eleitoral sobre corrupção, sendo preciso verificar a interação da regra eleitoral, maioria simples ou RP, com a magnitude do distrito, já que o último fator influencia as barreiras de entrada. Ainda que vejam o efeito da regra eleitoral como ambígua, esses afirmam, com base empírica, que de fato o sistema de *plurality* gera menos corrupção quando comparado tanto com o sistema de lista fechada, quanto com a lista aberta e o voto preferencial. Esse achado empírico é corroborado em parte pelo trabalho de Kunicová e Rose-Ackerman (2001), com a diferença que no último a RP de lista fechada se relaciona positivamente com corrupção de modo mais robusto do que as outras comparações.

Em sentido oposto, Chang (2005) mostra com dados da Itália que no sistema proporcional de “lista aberta” as incertezas eleitorais, aliadas ao cultivo de laços personalistas e a necessidade de distribuição de benefícios daí decorrentes, fariam com que os parlamentares se envolvessem em práticas corruptas para aumentar os recursos de campanha. Golden e Chang (2001) demonstram também com evidências da Itália que quanto maior a competição intrapartidária ao nível do distrito tanto maior será o comportamento oportunista dos parlamentares. Em outro estudo, os autores procuram demonstrar que à medida que a magnitude distrital aumenta em sistemas de RP de lista aberta também aumentam os incentivos para a corrupção, tendo o efeito oposto em sistemas de lista fechada (Chang & Golden, 2006). Isso seria explicado pelo fato de que, em um sistema de RP de lista aberta, quanto maior a magnitude distrital maior a competição intrapartidária, enquanto que na RP de lista fechada a diminuição da magnitude reduz essa competição. Em contraposição a esses achados, outros estudos encontram uma relação robusta entre maior percepção de corrupção e menor magnitude de distrito, confirmando o argumento das barreiras para a entrada (Persson e Tabellini, 2003; Persson, Tabellini e Trebbi, 2003).

No que se refere ao presidencialismo vários trabalhos empíricos mostram que essa forma de governo é relacionada com uma maior percepção de corrupção (e. g. Panizza, 2001; Gerring e Thacker, 2004 apud Treisman, 2007). Kunicová e Rose-Ackerman (2005) também confirmam o efeito do presidencialismo principalmente em combinação com representação proporcional de lista fechada. Por outro lado, Persson e Tabellini (2003) encontram o efeito oposto do presidencialismo quando colocado em função da “qualidade da democracia”, utilizando indicadores da Freedom House e da Polity IV. O que esses autores observam é que a forma presidencialista de governo está associada a países com baixa qualidade democrática e concentrado em países latino-americanos e por isso seu efeito seria negativo.

Apesar da expectativa gerada por essa geração de estudos institucionais a robustez dos

achados empíricos é um tanto quanto débil. Por um lado, muitas críticas são dirigidas à fragilidade dos indicadores de corrupção utilizados, especialmente aqueles que medem percepção da corrupção, como os indicadores do Banco Mundial e da Transparência Internacional. Por outro lado, alguns autores mostram que os achados institucionais não resistem a testes rigorosos de robustez. Treisman (2007) testa os efeitos das instituições democráticas sobre corrupção utilizando os vários indicadores encontrados na literatura supracitada, utilizando anos diferentes da variável dependente, bem como especificações distintas. Sua conclusão é que quando adicionados vários controles e usados anos diferentes de indicadores de corrupção os resultados institucionais se fragilizam. Sua conclusão é que embora haja evidência razoavelmente robusta de que a *consolidação democrática* e uma *imprensa livre e vigorosa* diminuem os níveis de corrupção, pouco pode ser dito sobre as instituições democráticas mais específicas. Embora o efeito virtuoso do parlamentarismo e do sistema eleitoral de *plurality* também seja razoavelmente robusto às diferentes especificações, *federalismo*, *presidencialismo*, a *regra eleitoral* e a *magnitude do distrito* não são tão resilientes aos testes de robustez feitos por Treisman (2007). O presidencialismo, por exemplo, perde a significância estatística quando controlado por países latino-americanos. Interessante notar também que, segundo o autor, afora os fatores institucionais aquele que sozinho parece explicar corrupção é o desenvolvimento econômico. Assim, a tão divulgada assertiva de que as instituições importam deve ser examinada com mais circunspecção. De fato, de acordo com Kitschelt et al. (2007) as instituições democráticas explicariam as *táticas*, mas não as *estratégias* de reeleição dos políticos. Para ele clivagens éticas, bem como as características do processo de modernização e burocratização é que explicariam a propensão dos políticos de determinados países estabelecerem laços clientelísticos mais do que outros.

Com base nesses achados da literatura pode-se conjecturar que as instituições não são causas necessárias nem suficientes do bom funcionamento da *accountability*, mas que elas podem ter um efeito aditivo, facilitando a avaliação retrospectiva dos eleitores. Ainda mais, é possível com a análise institucional possa delinear os *mecanismos* pelos quais a *accountability* democrática sucede ou fracassa em contextos particulares. Por outro lado, o debate institucional se torna relevante por que regras políticas podem ser mais facilmente mudadas do que fatores como desenvolvimento econômico, consolidação da democracia, clivagens étnicas ou o “processo de modernização”. Ademais, descobrir os efeitos das instituições torna-se muito importante quando reformas institucionais estão na pauta atual da discussão pública. O conhecimento especializado da ciência política deveria servir para orientar uma escolha institucional facilitadora da transparência e da responsabilização.

Devido às limitações metodológicos envolvidos nas pesquisas *cross-national*, estudos sobre

corrupção e responsabilização em países específicos passou a ser uma estratégia metodológica interessante. Por exemplo, Chang, Golden e Hill (2010) estudando o caso italiano mostram como o padrão de accountability daquele país sofreu um profundo *choque informacional* causado por um escândalo de corrupção largamente noticiado pela imprensa envolvendo os principais partidos no poder, que ficou conhecido como *mani pulite*. Os autores mostram como nas dez legislaturas anteriores ao escândalo os eleitores não puniam eleitoralmente os políticos envolvidos em corrupção e acusados de graves crimes, mas que após o choque informacional os eleitores sancionaram fortemente os políticos e partidos envolvidos. Talvez no Brasil o escândalo do mensalão tenha representado um choque informacional semelhante.

Em outro estudo Golden (2009) mostra como na Índia os candidatos que tem ficha criminal suja tem o dobro de probabilidade de serem eleitos comparados com os não “ficha suja”, sugerindo que os eleitores premiavam o comportamento oportunista (*rent seeking*) naquele país. Isso é relevante se levarmos em consideração que a Índia tem o modelo institucional virtuoso para a responsabilização, pelo menos no que se refere ao sistema eleitoral. Também se mostra nesse estudo que os distritos eleitorais rurais indianos são mais propensos a elegerem candidatos corruptos do que os urbanos, segundo a autora isso se deve a maior facilidade de monitoramento do eleitor pela *máquina partidária*.³ Todavia vemos que a pobreza, a baixa urbanização e as clivagens étnicas podem contrabalançar os incentivos virtuosos do sistema eleitoral, favorecendo os argumentos propostos por Kitschelt et al. (2007)

A experiência italiana mostra que mesmo no “cenário institucional perverso” de representação proporcional com “lista aberta”⁴ os eleitores impuseram severos danos políticos aos partidos e candidatos envolvidos em casos de corrupção. Assim a ampla divulgação midiática de escândalos de corrupção podem sobrepor os supostos incentivos perniciosos gerados ao nível das instituições políticas. Ao mesmo tempo, esse achado corrobora tese defendida por Persson e Tabellini (2003) de que a personalização da disputa eleitoral pode ter efeitos virtuoso sobre a representação. Ademais, vemos que mesmo um sistema partidário fortemente disciplinado, institucionalizado, coeso e ideologicamente polarizado pode se harmonizar com corrupção política em determinadas condições, contrariando a intuição de que os sistemas partidários fracamente institucionalizados são mais conducentes ao fisiologismo e a corrupção, como em Mainwaring e Scully (1992).

³Claro que há a possibilidade de causação reversa nesse achado empírico, ou seja, os deputados com mais recursos políticos terem sido mais investigados. Deve-se notar também que nesse estudo analisa-se todos os *candidatos* ao legislativo federal da Índia, enquanto outros trabalhos analisam somente os legisladores tentando reeleição. Possivelmente se Golden (2009) restringisse a amostra aos deputados tentando reeleição na Índia descobrisse outro efeito da corrupção.

⁴O sistema eleitoral Italiano antes do escândalo não era exatamente de lista aberta como no Brasil mas admitia um voto preferencial.

2.3 *Accountability* e o dilema institucional brasileiro

Com base nas contribuições teóricas e empíricas da literatura comparada sobre corrupção e accountability pode-se situar a discussão nacional sobre o tema com mais segurança. O debate institucional brasileiro tem sido de fato um dos mais instigantes e sofisticados da ciência política nacional, segundo, por exemplo, o testemunho de Rennó (2006). Apesar disso, o debate tem se dado na maior parte sobre as consequências institucionais para a relação executivo-legislativo e questões de governabilidade. Autores como Figueiredo e Limonji (2001) destacam que a centralidade do executivo no processo legislativo e orçamentário e o poder dos líderes partidários na arena legislativa dá grande estabilidade, governabilidade e previsibilidade ao processo decisório. Os autores rechaçam argumentos sugerindo haver uma paralisia decisória causados pelo número excessivo de veto players. Por outro lado, a extrema previsibilidade e disciplina dos parlamentares com relação aos seus partidos fragiliza argumentos baseados nos efeitos do sistema eleitoral, que prevê partidos fracos e indisciplinados tal como em Mainwaring (1990). Para esses autores ao enfocar somente nas consequências do sistema eleitoral-partidário e o sistema de governo as análises param “antes de chegar às portas do Congresso”.

Claro não há consenso nesse debate sobre como interpretar a predominância do executivo. As discordâncias se dão principalmente em relação ao papel do parlamentar individual, mas também no sentido de qualificar essa possível predominância do executivo. Ames e Mainwaring enfocam a descentralização gerada pelo sistema eleitoral. Segundo interpretação de Rennó (2006), para aqueles autores o Congresso é aquele do parlamentar individual, o executivo distribuiria benesses em troca de apoio na base do varejo. Isso tornaria o custo da governança proibitivamente alto. Para outros autores a negociação de apoio parlamentar se daria por intermédio do líder partidário, tornando o jogo mais estável, e o que é mais importante, eles ressaltam que o custo da distribuição de recursos políticos em troca de apoio para a agenda do Executivo teria sido em larga medida superestimada (Pereira e Muller, 2003). Além disso, a distribuição de pork barrel não deveria ser vista de forma tão normativamente negativa num país em que há fortes demandas locais por bens e serviços (Pereira e Rennó, 2001).

Embora essa análise precedente traga importantes insights ela não examina a questão da responsabilização democrática. Ressalva a essa afirmação deve ser feita com relação a análise de Ames (2001) que procura mostrar como o sistema eleitoral personalista cristaliza relações de patrimonialismo e como a dispersão geográfica concentrada ou dominante do apoio eleitoral explicaria o envolvimento de deputados federais em escândalos de corrupção. De toda maneira, ao ignorar essa dimensão essencial da representação democrática qualquer análise geral dos sistema político brasileiro estaria incompleto. Por exemplo,

as conclusões geradas por Figueiredo e Limonji (2001) sobre a centralização do processo legislativo pelos líderes parlamentares poderia em tese agravar os incentivos personalistas geradas no nível do sistema eleitoral. Isso porque o parlamentar individual teria pouca ou nenhuma chance de influenciar a agenda programática do seu partido, limitando-se a esperar as benesses do seu continuando apoio ao executivo.

A análise da política nacional tem sido profundamente influenciada pela literatura institucional, em geral resultando em previsões pessimistas sobre a qualidade de nossa democracia. Por exemplo, Ames (2002) afirma que os problemas políticos brasileiros tem origem institucional, especialmente o número excessivo de atores com poder de veto. Isso seria ainda agravado pela tradição de fisiologismo e patrimonialismo, pela estrutura federativa extremamente descentralizada, o *presidencialismo imperial* e multipartidarismo fragmentado. Para o autor as instituições políticas incentivariam os atores políticos a maximizarem seus ganhos pessoais e apoio político através da distribuição de bens geograficamente concentrados. De fato, para ele o Brasil seria ímpar na propensão à troca de apoio político em termos de patronagem e fisiologismo. Ele conclui que essa tendência personalista do sistema eleitoral fragiliza os partidos políticos e os vínculos entre eleitores e deputados.

Segundo Mainwaring (1990), o caso Brasileiro seria um “exemplo extremo” de regras eleitorais que incentivam o personalismo e fragiliza os partidos políticos. Para ele em nenhuma outra democracia os candidatos teriam tanta autonomia em relação aos partidos. Com eleições cada vez mais caras e com seu custo individualizado no candidato o autor conclui que nosso sistema eleitoral tem encorajado corrupção financeira e eleitoral. Posição similar é adotada por Shugart, Moreno e Crisp (2003), para eles a combinação de RP de lista aberta com elevada magnitude distrital promove personalismo e assim corrupção. Além disso, para eles a cláusula do *candidato nato* em prática acaba com a seleção partidária dos candidatos, afastando ainda mais o sistema político brasileiro do ideal normativo por eles delineado.

Trabalhos de grande qualidade tem se debruçado sobre tema da responsabilização política no Brasil. Um dos expoentes desse esforço é sem dúvida o excelente trabalho de Ferraz e Finan (2007) examinando auditorias realizadas pela Controladoria Geral de União (CGU) aos municípios brasileiros. Esse estudo se aproveitou do fato da CGU passar a selecionar aleatoriamente os municípios auditados sobre o uso das verbas federais tanto antes como depois das eleições de 2004. Os autores então puderam realizar um “experimento natural” no qual compararam municípios que tiveram auditorias realizadas antes e depois das eleições e observar o efeito do descobrimento de irregularidades nas chances de reeleição dos prefeitos. Eles estimam que cada irregularidade descoberta pelas auditorias reduz em

média 20% a probabilidade de prefeitos corruptos se reelegerem. Eles mostram ainda que a presença de estações de rádios nos municípios aumentaria ainda mais efeito negativo da exposição das auditorias. Inclusive, os prefeitos que sofreram auditorias mas não tiveram nenhuma irregularidade descoberta aumentaram a probabilidade de se reelegerem. Os autores concluem que em posse da informação e também dependendo o *grau de corrupção* encontrada os eleitores punirão sim os políticos corruptos.

Em outro estudo também analisando o nível municipal mas com dados diferentes Pereira, Melo e Figueiredo (2009) chegaram a conclusões em parte divergentes dos autores supracitados. Analisando o impacto de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco nos municípios desse Estado eles confirmam que a detecção de irregularidades antes das eleições tem um impacto negativo na probabilidade de reeleição dos prefeitos na ordem dos 19%. No entanto, eles também encontram que os prefeitos que tentam reeleição e aqueles que estão submetidos a competição eleitoral mais intensa são também aqueles que mais provavelmente terão irregularidades descobertas pelas auditorias. Os autores interpretam esse achado afirmando que os benefícios de cometer irregularidades superam os riscos. Os prefeitos que praticaram crimes e irregularidades teriam melhores condições de se defenderem das acusações permanecendo no cargo. Além disso, um ato de corrupção que aumentasse os recursos de campanha poderia *tip the balance* numa corrida apertada.⁵ Utilizando um estratégia metodológica diferente outras pesquisas recentes aplicadas no Brasil chegam a mesma conclusão dos trabalhos anteriores, qual seja, de que quando os eleitores tem informação crível e em momento oportuno eles rejeitam candidatos corruptos (Figueiredo, Hidalgo e Kasahara, 2011; Winters e Weitz-Shapiro, 2010).

Apesar da contribuição desses últimos estudos ser relevante para o tema em foco há de se fazer a ressalva que todos eles examinam o problemática da responsabilização vertical no âmbito municipal. Os incentivos institucionais afetando prefeitos são completamente diferentes daqueles afetando os deputados federais, portanto, os achados desses autores não podem ser generalizados para os últimos. Os prefeitos são eleitos pela regra majoritária e em distritos pequenos onde os eleitores podem observar diretamente o impacto da administração pública. Eles podem inclusive serem vítimas diretas da corrupção praticada pela prefeitura. Enquanto isso os deputados federais são eleitos em distritos enormes com magnitude que varia de 8 a 70⁶. A relação de agência é uma em que há múltiplos agentes de um principal, e esse é uma multidão amórfica geograficamente dispersa. Além disso,

⁵Também é preciso lembrar que outro mecanismo causal é possível, qual seja, que o fato do prefeito se recandidatar ou ter eleições apertadas pode aumentar o número de denúncias o que por sua vez causa o descobrimento de irregularidades e crimes praticados pelos prefeitos.

⁶Utilizando uma metodologia inovadora Saul Cunow (2012) mostra que a representação diminui em qualidade a medida que se multiplicam suas opções de voto.

as atividades dos deputados federais não tem um impacto direto na vida dos cidadãos de uma forma tão clara e fácil de monitorar como no caso local. Por causa desses incentivos institucionais é de se esperar que o controle do comportamento dos deputados seja muito mais ineficiente por parte do eleitor.

Recentemente os trabalhos de Rennó (2008) e Pereira, Rennó e Samuels (2011) investigam como o envolvimento em escândalos de corrupção noticiados na mídia impacta na carreira eleitoral dos deputados federais na eleição de 2006. Eles estimam de que o envolvimento em escândalos reduz a probabilidade dos deputados federais se recandidatarem, diminui seu financiamento de campanha e por fim diminui em 15% a probabilidade de reeleição. Apesar de verificarem que, mesmo contra todos os incentivos institucionais, dificuldades informacionais e de monitoramento, há de fato mecanismos de *accountability* funcionando, advertem, no entanto, que não há lugar para tanto otimismo, já que 42% dos Deputados envolvidos em escândalos conseguiram se reeleger.

Assim, apesar do prognóstico pessimista da literatura institucional, os eleitores em 2006 conseguiram identificar e punir nas urnas os deputados federais envolvidos em crimes e graves irregularidades. No entanto, como lembram Pereira et al. (2011) ainda não está claro se esse é um evento isolado de responsabilização eleitoral ou se ele reflete um padrão estável de comportamento. Como mostra Rennó (2011), o tema da corrupção política foi ganhando visibilidade no debate público a partir de 2006. Através dos dados do ESEB o autor mostra como aumentou a preocupação expressa dos eleitores com esse tema. Assim, Pereira et al. (2011) se perguntam se esse padrão de comportamento eleitoral foi um evento extraordinário causado pela contingência de uma série de graves escândalos políticos, ou se ele manifesta um despertar da população para o monitoramento e efetiva punição dos políticos corruptos com efeitos históricos? Com a recente mobilização da população em protestos nunca antes vistos contra a corrupção política e até a criação da lei da ficha limpa, pode-se a entreter a segunda hipótese.

À luz da revisão da literatura apresentada neste capítulo, esta dissertação examina as seguintes questões de pesquisa:

1. Qual o efeito de escândalos de corrupção sobre a *escolha de carreira* dos deputados federais em 2006 e 2010?
2. Qual o efeito de escândalos sobre a probabilidade de *reeleição* dos deputados federais em 2006 e 2010?
3. Qual o efeito da lei da ficha limpa sobre a carreira política dos deputados federais em 2010?

Capítulo 3

Metodologia

Neste capítulo serão apresentadas as escolhas metodológicas utilizadas, com seus problemas e soluções. Primeiramente as variáveis serão apresentadas e descritas, juntamente com as hipóteses sobre o efeito de cada uma sobre as variáveis dependentes. Em seguida o modelo é apresentado e as escolhas metodológicas são defendidas.

Como estratégia metodológica geral utilizou-se testes de hipótese baseados em modelos econométricos para responder as questões de pesquisa. O banco de dados foi gentilmente cedido pelos professores Lúcio Rennó, David Samuels e Carlos Pereira ¹. Para os fins desse trabalho o banco de dados foi expandido incluindo-se variáveis referentes à eleição de 2010. As fontes primárias dos dados obtidos foram: Tribunal Superior Eleitoral; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal e Transparência Brasil. A unidade de análise são os deputados federais e o objetivo geral do trabalho é estimar o impacto da divulgação midiática de escândalos de corrupção sobre a carreira política dos mesmos.

Como vários estudos com questões de pesquisa similares (Rennó, 2008; Pereira, Rennó & Samuels, 2011), utiliza-se o modelo probit, que é uma técnica de regressão apropriada para dados categóricos dicotômicos. Diferentemente da regressão linear, que é identificada utilizando o cálculo dos *mínimos quadrados ordinários*, os modelos apropriados para dados categóricos como o probit utilizam uma função de *máxima verossemelhança*. Segundo Long e Freese (2006), esse método estima os coeficientes que tem a maior probabilidade de gerar os valores de fato observados se os pressupostos do modelo são verdadeiros. Esse método opera transformando os valores observados da variável dependente em uma variável latente contínua, em termos do logaritmo das probabilidades. A não linearidade do modelo implica que a magnitude do efeito parcial de qualquer variável independente é condicionado pelos níveis de todas as outras variáveis no modelo. Em contraste, na regressão linear o coeficiente angular é constante. Isso gera um desafio para interpretação dos coeficientes da regressão probit. Por isso, apresenta-se diversas interpretações dos

¹Fazemos referência ao banco pelo nome de “Banco Career”

resultados dos modelos. Também analisa-se os problemas mais relevantes associados aos procedimentos econométricos aqui empregados. Devido à violação do pressuposto da independência dos erros padrões entre as observações, calcula-se o erro padrão ajustado-o por Estado (*clustered standard errors*). Procura-se também ajustar as variáveis do modelo transformando seus valores absolutos em valores relativos ao estado. Finalmente, analisa-se o possível viés de seleção inerente a segunda questão de pesquisa, qual seja, a de estimar o efeito de escândalos de corrupção sobre o sucesso eleitoral dos deputados. Mas antes de passar aos problemas de estimação abaixo descreve-se as variáveis incluídas na especificação do modelo.

Candidato

Essa variável dicotômica tem o valor “1” se o deputado federal se candidatou para qualquer cargo eletivo nas eleições que ocorreram ao final do seu mandato, tomando o valor “0” caso contrário. Os deputados tem a opção de se candidatarem para prefeito nas eleições de nível local que ocorrem no meio do seu mandato, o que também será considerado na análise. Os deputados podem se candidatar para vários cargos. Precisamente eles podem concorrer para: presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, senador, deputado estadual e deputado distrital. Portanto, essa variável mostra na verdade se o deputado em questão disputou cargo eletivo no fim do mandato ou não. Essa variável é usada para testar o efeito de escândalos de corrupção na *escolha* dos deputados federais quanto a sua carreira política. Se de fato os escândalos de corrupção estão afetando a carreira política dos deputados federais espera-se que os deputados atingidos por escândalos de fato se comportassem diferentemente dos demais quanto a decisão de continuar na política. Especificamente espera-se que deputados envolvidos em escândalos se candidatem menos que os outros, já que eles antecipam o impacto negativo da repercussão do escândalo em seu desempenho eleitoral. Se, por outro lado, os deputados julgam que não há impacto nenhum de escândalos no comportamento do eleitor, então, não deveria haver relação alguma entre ser envolvido em escândalo e se candidatar. Na tabela 3.1 apresenta-se as frequências dessa variável nas duas eleições de interesse e nas duas eleições anteriores. Percebe-se que nas eleições de 2006 houve o *maior número de desistências do período*, bem acima da média. Em 2010, pelo contrário, houve o menor número de desistências no período. Esse padrões sugerem que algo muito particular está ocorrendo nessas duas eleições que foge ao padrão das anteriores.

Capítulo 3 Metodologia

Tabela 3.1: Frequências da variável “Candidato” por eleição

Se Candidatou	Eleição				Total
	1998	2002	2006	2010	
Não	90	82	124	63	359
%	14.80	13.23	19.75	10.45	14.60
Sim	518	538	504	540	2,1
%	85.20	86.77	80.25	89.55	85.40
Total	608	620	628	603	2,459
%	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte:TSE

Ambição Progressiva

Como alerta Samuels (2003), os deputados federais não necessariamente tem a reeleição como objetivo, suas carreiras políticas podem continuar em outros cargos. Os deputados podem ter uma *ambição regressiva*, *ambição estática* ou *ambição progressiva*, como sugerem Leoni, Pereira e Rennó (2003). Diferentemente de Leoni et al. (2003), aqui ambição regressiva e a decisão de se aposentar serão agregadas na mesma categoria. Também “ambição progressiva” irá se referir ao fato do deputado ter se candidatado a qualquer outro cargo, juntando a ambição estática com a progressiva. Essa agregação deve ser feita para responder adequadamente às questões de pesquisa. Utiliza-se essa variável para verificar a possibilidade de que os deputados federais acusados de graves irregularidades e corrupção podem tanto desistir, quanto tentar um cargo mais fácil de ser conquistado. Os deputados podem antecipar perdas eleitorais em função do escândalo mas considerar que tem apoio suficiente para se eleger como deputado estadual e assim não sair de vez da vida política. Outros decidiriam não disputar qualquer cargo. A tabela 3.2 mostra a distribuição dessa variável nas quatro eleições passadas. Similar ao padrão encontra para a variável *candidato* mostrado acima, também percebe-se que nas eleições de 2006 a decisão pela ambição regressiva é muito maior do que nos outros anos, enquanto que em 2010 o padrão se inverte.

Eleito

Essa variável tem o valor “1” se o deputado foi eleito para qualquer cargo e “0” caso contrário. Não sendo eleito o deputado pode ainda ser considerado suplente ou “médica”, aqui ignora-se essas distinções juntando-se essas possibilidades na categoria dos “não elei-

Capítulo 3 Metodologia

Tabela 3.2: Frequências da variável “Ambição Progressiva” por eleição

Ambição Progressiva	Ano				Total
	1998	2002	2006	2010	
Não	112	107	145	80	444
%	18.42	17.26	23.09	13.56	18.15
Sim	496	513	483	510	2,002
%	81.58	82.74	76.91	86.44	81.85
Total	608	620	628	590	2,446
%	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: TSE

Tabela 3.3: Frequência da variável “Eleito” em cada eleição de 1998 a 2010

Eleito	Eleição				Total
	1998	2002	2006	2010	
Não	326	335	379	308	1,348
%	53.62	54.03	60.35	51.08	54.82
Sim	282	285	249	295	1,111
%	46.38	45.97	39.65	48.92	45.18
Total	608	620	628	603	2,459
%	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: TSE

tos”. Apresenta-se na tabela 3.3 a distribuição dessa variável em cada eleição que o banco compreende. Percebe-se que nas eleições de 2006 há o maior percentual de fracasso eleitoral para todos os cargos disputados, lembrando que esse foi o ano de maior desistências também. Embora a eleição de 2010 seja aquela com o menor nível de fracasso eleitoral no período, deve-se lembrar que ela é também aquela com o menor número de desistências. Quando restringida a amostra examinando somente os deputados tentando reeleição observa-se o mesmo padrão.

Escândalo

A variável que denominada *escândalo* é a principal variável de interesse. Com ela procura-se medir o envolvimento em escândalos de corrupção, graves irregularidade, crimes e delitos praticados diretamente ou que envolveram diretamente os deputados federais. Corrupção na lei brasileira tem um sentido muito específico, com essa variável não se identifica

somente os deputados que praticaram explicitamente o crime de corrupção ativa. Em conformidade com a literatura sobre o tema, postula-se que toda irregularidade e crime praticado pelos deputados será realizada tanto em vista proveito individual e na esmagadora maioria dos casos esse benefício pessoal implica em ônus para as finanças públicas. Corrupção é definida pela literatura como a malversação de recursos públicos para fins privados. Crimes eleitorais como a compra de votos não é exatamente corrupção nos termos da lei, mas ela é uma manifestação do comportamento criminoso e estará muito correlacionada a essa prática. Outros crimes não diretamente relacionados com a administração pública também foram computados, como o crimes de sonegação fiscal e crimes ambientais. Os deputados que quiserem inspirar confiança dos eleitores devem ter reputação ilibada, já que os eleitores perceberão que aqueles deputados que tem desvios de conduta estão mais propensos ao mau uso das verbas públicas. Dessa forma, *procuram-se incluir todos as irregularidade, crimes, delitos cometidos ou imputados aos deputados que foram publicados em jornais de grande circulação*. A única categoria excluída dessa variável é *propaganda eleitoral antecipada* que somente gera uma multa aplicada pela Justiça Eleitoral. Como não se sabe exatamente que tipo de comportamento é rejeitado pelos eleitores inclui-se todos os desvios de conduta passíveis de punição eleitoral.

Também são excluídas acusações e investigações que não foram levados adiante por órgão oficial de controle. Assim acusações movidas por adversários políticos e pela imprensa não foram incluídas. Somente foram consideradas válidas as reportagens em que os deputados foram acusados ou investigados por órgãos oficiais do Estado, como a Polícia Federal, CPI's, Tribunais de Contas... Isso se deve ao fato de que as investigações e acusações devem gozar de um mínimo de credibilidade para que sejam consideradas pelos eleitores. No entanto, essa decisão pode ser criticada por não estar estabelecido exatamente como os eleitores avaliam a credibilidade das acusações, investigações e denúncias. Possivelmente os eleitores acreditam que as denúncias movidas pela imprensa tem tanto ou mais credibilidade do que aquelas dos órgão oficiais de controle. Por outro lado, quando ocorrem graves denúncias pela mídia é esperado que os órgãos oficiais de controle conduzam suas próprias investigações, o que entraria no critério adotado.

Diferentemente da variável similar utilizada nos trabalhos de Rennó (2008) e Pereira, Rennó e Samuels (2011) que inclui somente reportagens da revista Veja e da Folha de São Paulo, a variável aqui proposta inclui reportagens em todos os jornais e revistas, locais ou nacionais. Ademais a variável produzida nos trabalhos supracitados incluía somente “escândalos”, enquanto variável aqui designada como *escândalos* inclui todas as irregularidades, crimes, delitos, acusações e investigações que poderiam causar prejuízo reputacional aos candidatos e foram conduzidas por órgãos do Estado.

Capítulo 3 Metodologia

Essa variável foi produzida manualmente utilizando o banco de dados sobre corrupção política constante no site Deu no Jornal, um projeto da organização não governamental Transparência Brasil. Uma limitação do banco do site Deu no Jornal é que seu alcance temporal só vai até a data 26/01/2004. Assim para a eleição de 2006 faltam um ano inteiro de reportagens. Embora esse fato também prejudique a compatibilidade entre a medida para as duas eleições, esse erro é de consequências triviais. Em primeiro lugar, observou-se durante a construção dessa variável que a grande maioria das reportagens sobre deputados ocorre temporalmente próxima ao período eleitoral. Além disso, é de se esperar que os crimes e escândalos que afetaram os deputados serão retomados no período eleitoral, tempo em que esse tipo de reportagem adquire mais repercussão e importância midiática. Por fim, também se sabe que os eleitores tem uma memória curta, como fica claro em Pereira et al. (2009) e Achen & Bartels. (2004). Portanto, não é de se esperar que as reportagens sobre corrupção ocorridas no primeiro ano do mandato de um deputado tenha qualquer efeito relevante sobre sua carreira política, a não ser que ela seja retomada logo antes das eleições, o que é capturado com essa variável.

Outra questão importante é que o banco do Deu no Jornal inclui somente jornais escritos e revistas de grande circulação. Esse banco exclui a internet e a televisão, meios de comunicação de massa que tem até mais capilaridade do que os jornais e revistas. Também essa limitação da variável de interesse tem consequências triviais para a validade e precisão dos testes de hipótese. Isso porque não são todos os eleitores que leem jornal e com isso orientam seu voto, o mecanismo causal certamente é diferente. Sabe-se que a leitura de jornal é relativamente baixa no Brasil, comparada com a televisão, por exemplo. A variável aqui utilizada é na verdade um *indicador* bastante preciso de que haja informação disponível para o eleitor. Como demonstra Lupia (1994), os eleitores utilizam atalhos informacionais nas suas escolhas, isso significa que um escândalo noticiado no jornal pode reverberar para outros meios de comunicação e ser inclusive divulgado por meios informais, como no “boca a boca”. Um eleitor poderia em tese orientar sua rede social divulgando algo publicado no jornal das mais diversas formas, como facebook, twitter, blog e em conversas. Dessa forma, defende-se que essa variável é proporcional e representativa da verdadeira informação que os eleitores têm sobre a reputação dos deputados federais e os testes estatísticos confirmam que as escolhas e procedimentos estão corretos. Por fim, apresenta-se na tabela 3.4 as frequências dessa variável nos dois períodos eleitorais aqui analisados.

Capítulo 3 Metodologia

Tabela 3.4: Frequência da variável “escândalo” nas duas últimas eleições

Escândalo	Eleição		Total
	2006	2010	
Não	331	262	593
%	52.71	43.59	48.25
Sim	297	339	636
%	47.29	56.41	51.75
Total	628	601	1,229
%	100.00	100.00	100.00

Fonte: Deu no Jornal

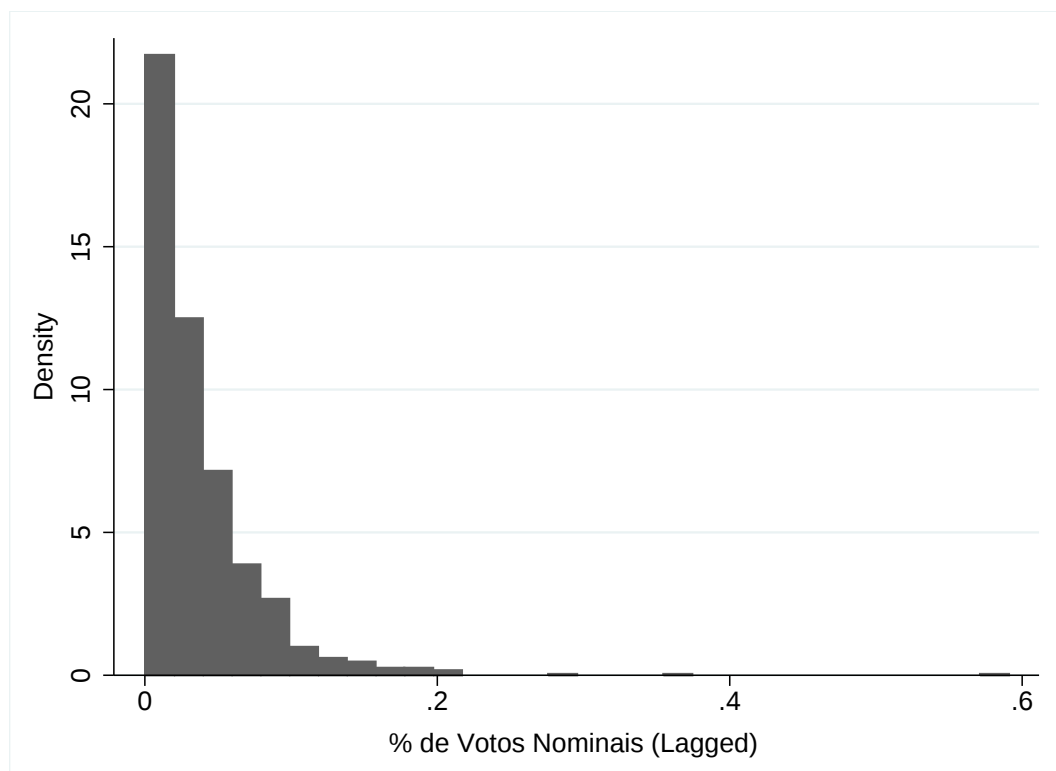
Ficha suja

Essa variável dicotômica adquire o valor “1” se o deputado foi mencionado em relação à violação da lei da “ficha limpa”, tendo o valor “0” caso contrário. Infelizmente essa variável foi construída baseando-se somente na Revista Veja e no jornal Folha de São Paulo, dificultando sua comparabilidade. Apesar de não ter sido construída usando o mesmo procedimento para a construção da variável “escândalo”, ela é incluída na análise já que a lei da ficha limpa é um dos eventos mais significativos do pleito de 2010. Trata-se de uma lei de iniciativa popular que teve grande repercussão midiática. Portanto, essa lei pode ter afetado tanto a decisão estratégica dos parlamentares quanto à sua carreira política, quanto o comportamento dos eleitores frente aos deputados considerados ficha suja. Ademais, se essa lei teve o efeito pretendido muitos deputados não poderiam se candidatar em primeiro lugar. No que tange a distribuição dessa variável, dos 604 deputados, entre titulares e suplentes, 123 foram considerados *ficha suja* na eleição de 2010.

% Votos (lagged)

Essa variável captura o capital político de cada deputado na eleição anterior. Trata-se do total de votos nominais obtidos *na eleição anterior* dividido pelo total (soma) de votos no Estado na eleição passada. Apresenta-se na figura 3.1 o histograma de frequência da variável. Pode-se perceber que sua distribuição se concentra no lado esquerdo. É importante ter em mente essa distribuição para interpretarmos o efeito dessa variável mais adiante na análise dos dados. Também apresentamos nas tabelas 3.5 e 3.6 as estatísticas descritivas das outras variáveis independentes utilizados nesse estudo.

Figura 3.1: Histograma da % de Votos Nominais sob o total no Estado nas eleições de 2006 e 2010



% Gasto

A variável que denominada “% gasto” refere-se ao total de gastos de campanha declarado pelos candidatos no mesmo ano da eleição dividido pelo total no Estado. Seguindo os modelos similares inclui-se o financiamento de campanha declarado como um fator explicativo. Um problema com essa variável é que ela obviamente subestima o valor real gasto. Por outro lado, é provável que essa variável seja razoavelmente proporcional ao real gasto de campanha, fazendo com que essa medida seja representativa. Todavia, não se dispõe de qualquer método para provar que esse seja de fato o caso, já que a cifra verdadeira de dinheiro gasto é impossível de ser estimado. Na figura 3.2 apresenta-se o histograma dessa variável para todo período e observa-se que, como ocorre com a variável “% Votos”, a sua distribuição está concentrada no lado esquerdo entre os valores “0” e “0.2”.

% Pork

A variável que denominada “% Pork” refere-se ao total de emendas orçamentárias pagas dividido pelo soma total desembolsado no Estado. Essa variável é utilizada como um indicador de pork barrel, ou seja, representa o montante de mercadorias políticas que

os deputados efetivamente distribuíram para suas bases de sustentação política. Variável similar é usada na especificação de outros modelos similares a esse (Pereira, Rennó e Samuels 2011). Uma diferença importante dessa nova variável é que ela captura todo montante de recursos efetivamente pagos, incluindo a categoria “restos a pagar pagos” que foi ignorada em estudos anteriores. Além disso, no estudo supracitado essa variável foi construída com base nos recursos enviados para o município em que o deputado teve maior votação. A nova variável expressa todo recurso independente de seu destino. Com maior abrangência essa variável estima com mais eficiência o volume de redistribuição total e assim pode-se verificar como ela influencia a carreira política dos deputados vis-a-vis escândalos de corrupção. Espera-se que a redistribuição de bens poderia contra restar impactos reputacionais negativos provenientes de escândalos de corrupção, como sugere a lógica da teoria do trade-off e do “rouba mas faz” (Winters e Weitz-Shapiro, 2010).

Tal como ocorre com a variável “% gasto” essa variável também subestima o valor real de mercadorias políticas distribuídas pelos candidatos. No entanto, essa variável é relevante já que ele representa o principal instrumento legal à disposição dos deputados para interferir no bem estar dos seus eleitores. Apesar disso, há muitas outras formas pelas quais os deputados podem arrecadar recursos para suas bases, algumas delas ilegais. De outra maneira, é possível que esses recursos sirvam para compensar os investimentos feitos na campanha política. Se for esse o caso as emendas orçamentárias não afetaria o bem estar dos eleitores mas garantiria o apoio de grupos de interesses. Dessa forma, as emendas orçamentárias teriam somente um efeito muito indireto sobre a carreira política dos deputados. De qualquer forma, como não analisa-se aqui a natureza das emendas orçamentárias não se pode fazer conclusões sobre os mecanismos pelos quais esses recursos capitalizam ganhos políticos, embora essa análise mereça ser feita no futuro. A tabela 3.3 apresenta a distribuição de frequência dessa variável. Como as outras variáveis contínuas padronizadas pelo total no Estado sua distribuição está concentrada nos valores próximos a “0”.

Magnitude

Essa variável refere-se a magnitude distrital, ou seja, a quantidade de cadeiras que cada Estado elege para a Câmara dos Deputados. Lembramos que essa variável é objeto de interesse de vários trabalhos sobre accountability. Para Myerson (1993) a elevação da magnitude diminuí as barreiras de entrada, facilitando a entrada de candidatos honestos. Por outro lado, para Cox e McCubbins (1995) o aumento da magnitude aumentaria a competição intrapartidária o que elevaria por sua vez o comportamento oportunista. Como aqui esse variável é de controle e as variáveis dependentes dizem respeito à carreira

política do deputado, a hipótese é que essa variável tenha um efeito positivo sobre as variáveis dependentes, ou seja, quanto maior a magnitude menor a dificuldade de conquistar uma cadeira.

Checks

Essa variável tenta capturar o nível agregado de *checks and balances* em cada Estado e foi elaborada por Alston et al. (2012). Essa medida procura expressar a independência e efetividade de vários órgãos de controle e atores políticos que poderiam monitorar abusos e desvios de conduta praticados pelos políticos. Essa variável inclui informações de Agências Regulatórias, do poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas Estaduais, dados do Conselho Nacional de Justiça, dados sobre mídia local e um indicador de capital social. Por exemplo, no que concerne aos dados sobre mídia local ela inclui o percentual de concessões de mídia que não estão nas mãos de políticos. Já em relação ao ministério público inclui informações sobre os gastos com Procuradores por residentes no Estado e muitas outras informações interessantes. Trata-se de um índice composto por variáveis agregadas usando uma análise de componentes principais e depois normalizado para variar de “0” a “1”. Seu alcance temporal vai dos anos 2004 a 2006, com a variável de capital social indo até o ano de 1990. Inclui-se essa variável como um controle na especificação do modelo já que o nível de checks and balances estadual pode influenciar tanto a probabilidade dos deputados federais terem sido flagrados praticando irregularidades e crimes, quanto na propensão dos eleitores habilmente identificarem e punirem esses deputados. Seguimos o exemplo de Chang, Golden, e Hill (2010) que também sentem a necessidade de incluir uma variável como essa no seu modelo para a Itália, utilizando um indicador que denominam *judicial effectiveness*.

Idade

Essa variável é utilizada nos modelos que tem como variável dependente a escolha de carreira feita pelos deputados durante a corrida eleitoral. Ela mede a idade dos deputados no ano da eleição. Nas tabelas 3.5 e 3.6 mostram-se dados descritivos dessa variável para cada um dos pleitos analisados.

Tabela 3.5: Dados descritivos das variáveis independentes em 2006

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
% Votos	603	.0458252	.0487275	.0013308	.5909229
% gasto	503	.0159051	.0539187	7.20e-12	.6838886
Magnitude	627	3.200.638	2.095.088	8	70
Checks	628	.420742	.2167147	.029	.728
% Pork	628	.0429936	.0882009	0	.6178619
Idade	628	5.400.637	9.948.029	24	90

Fonte: TSE, Senado e Alston et al. (2010)

Prefeito

Essa variável dicotômica toma o valor de “1” se o deputado em questão foi eleito prefeito na eleição que ocorre no meio do seu mandato e “0” caso contrário. Se o deputado se elege é de se esperar que não vá concorrer para outro cargo nas eleições seguintes. No entanto, em cada uma das eleições analisadas dois deputados decidem disputar um cargo eletivo de nível nacional, com essa variabilidade mínima pode-se incluir essa variável nos modelos que examinam a escolha de carreira dos deputados.

Titular

Essa variável refere-se ao fato do deputado ser titular ou suplente durante a legislatura em questão, toma valor “1” se o deputado for titular e “0” caso contrário. Em 2006, constam “58” deputados suplentes e em 2010 “96”. Usa-se essa variável com um controle adicional seguindo o modelo proposto por Pereira et al. (2011).

Governista

Essa variável dicotômica indica se o deputado é ou não membro da coalizão de governo, se ele pertence aos partidos da base aliada. Também como no modelo proposto por Pereira et al. (2011) insere-se essa variável como controle. Aproximadamente 60% dos deputados são membros da base aliada nas duas eleições aqui consideradas.

Tabela 3.6: Dados descritivos das variáveis independentes em 2010

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
% Votos	576	.0275563	.0241071	.0001914	.1619254
% gasto	505	.0534653	.0736605	.0000521	.5906982
% Pork	555	.0486486	.1232107	0	.9404499
Idade	603	5.518.076	1.082.873	26	89

Fonte:TSE e Senado Federal

Figura 3.2: Histograma de “% Gasto de Campanha” nas eleições de 2006 e 2010

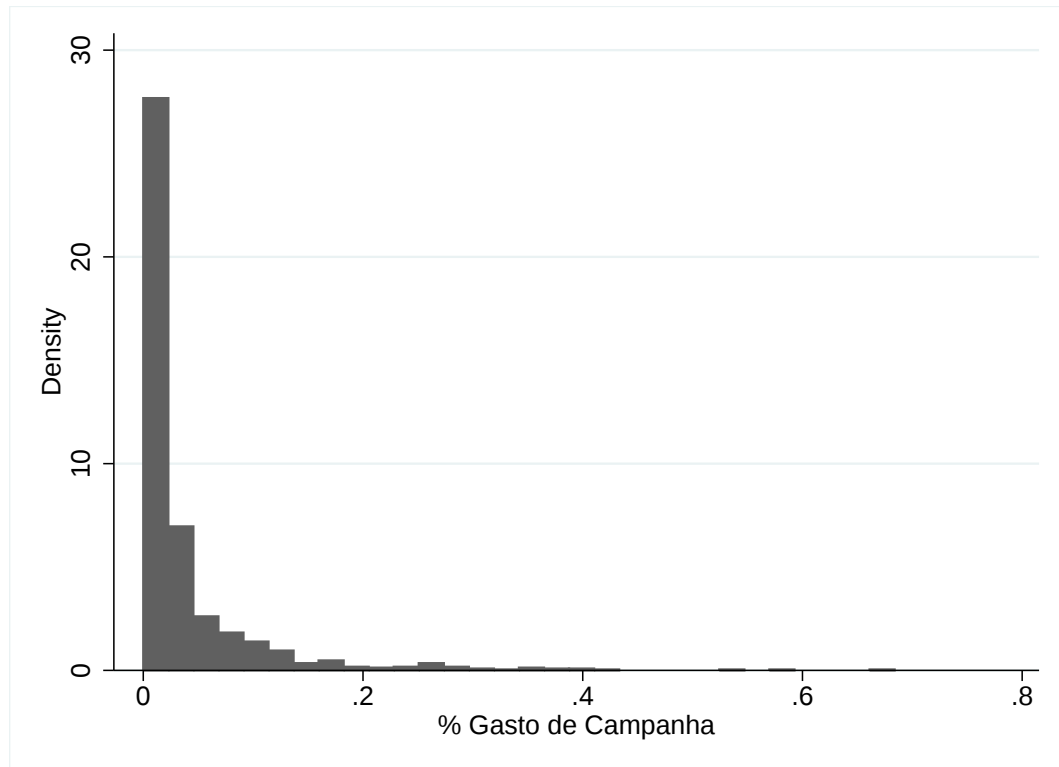
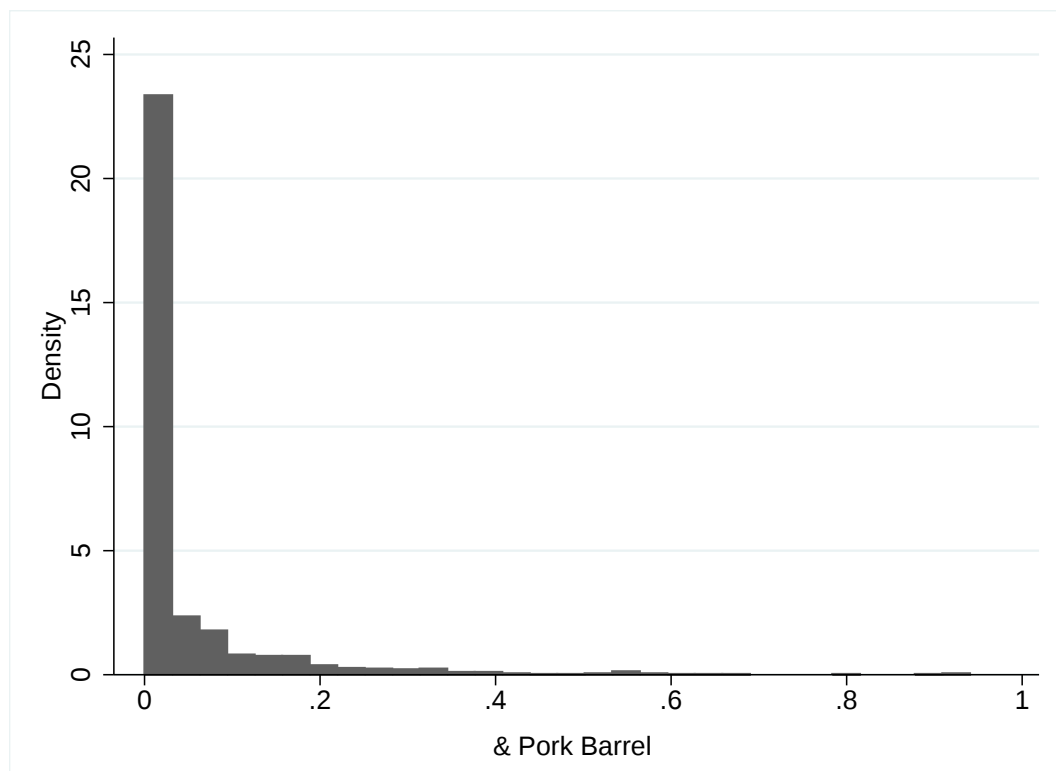


Figura 3.3: Histograma de “% Pork Barrel” nas eleições de 2006 e 2010



Os Modelos: seus problemas, suas soluções

Para responder às três questões de hipóteses apresentadas no capítulo 2 utiliza-se o modelo probit, que é adequado quando a variável dependente é dicotômica. A primeira questão de pesquisa procura descobrir o efeito de escândalos de corrupção na *escolha de carreira* dos deputados federais. Mede-se essa escolha de duas formas diferentes para garantir maior robustez. Para isso criou-se a variável *candidato* e *ambição progressiva*. Como descrito acima a variável *candidato* indica se o deputado concorreu a qualquer cargo eletivo ou se ele renunciou. No entanto, como um deputado pode optar por um cargo mais fácil de ser conquistado, pode não ser legítimo considerar a escolha por concorrer a deputado estadual como equivalente a disputar as eleições para senador ou mesmo deputado federal. Por conta dessa limitação criou-se a variável *ambição progressiva*, que na realidade junta tanto a ambição estática com a progressiva. Usa-se as duas variáveis para modular a escolha de carreira do deputado já que esses dois tipos de comportamento são possíveis. Ao invés de sair de todo da vida política, deputados acusados de corrupção podem optar por disputar uma cargo mais fácil de ser conquistado. Para os dois modelos utiliza-se a mesma especificação mostrada abaixo:

$$y^*(Escolha) = \alpha + \beta_1 Esc\hat{a}ndalo + \beta_2 Votos + \beta_3 Pork + \beta_4 Governista + \beta_5 Magnitude + \beta_6 Titular + \beta_7 Checks + \beta_8 Idade + \beta_9 Prefeito + \beta_{10} FichaSuja + \varepsilon$$

Onde y^* é uma variável latente contínua que representa a probabilidade de encontrar um “sucesso” para as duas variáveis dicotômicas concernentes à “escolha de carreira”². A dimensão *escolha de carreira* é operacionalizada tanto pela variável *candidato*, quanto *ambição regressiva*, sendo assim uma equação generalizável para os dois casos. Para a eleição de 2010 usa-se a mesma especificação mostrada acima com a inclusão da variável “ficha suja” que só é válida para essa eleição.

No que tange a equação modulando o *sucesso eleitoral* propõe-se a seguinte especificação:

$$y^*(Eleito) = \alpha + \beta_1 Escândalo + \beta_2 Votos + \beta_3 Pork + \beta_4 Governista + \beta_5 Magnitude + \beta_6 Titular + \beta_7 Checks + \beta_8 Gasto + \beta_9 FichaSuja + \varepsilon$$

É necessário atentar que a variável “ficha suja” só será utilizada no modelo referente a eleição de 2010, já que em 2006 a lei da ficha limpa não tinha sido criada.

A especificação do modelo é um dos seus atributos considerados mais importantes, afinal um dos pressupostos da regressão é que não hajam erros de especificação, deve-se incluir todas variáveis relevantes e excluir as irrelevantes (Lewis-Beck, 1980). Para Achen (2002), qualquer especificação com mais de três variáveis é desprovida de sentido. Para ele, devido às múltiplas interações possíveis entre as variáveis independentes e destas com a variável dependente, quando uma análise tem mais de três variáveis explanatórias ninguém pode assegurar que essa especificação é correta e que os pressupostos da regressão são verdadeiros. Embora essa posição seja extrema, como reconhecem Brady, Collier e Seawright (2006), a posição de Achen serve como um alerta saudável em direção a um modelo cuidadosamente especificado e parcimonioso³. As especificação apresentadas seguem os exemplos encontrados na literatura adequada como em Pereira et al. (2011) e Golden et al. (2009).

Outro problema metodológico saliente é o possível viés de seleção inerente ao segundo modelo. Conforme Przeworski (2006), os “estudantes da história” precisam estar atentos ao processo pelo qual o “tratamento” foi distribuído entre os casos, que muito raramente é aleatório, como exige os pressupostos da inferência causal. Além disso, também é preciso estar atento ao mecanismo pelo qual as observações são incluídas na amostra. Segundo Heckman (1979), haverá problemas de estimação quando existe um processo de auto seleção dos indivíduos na categoria que se deseja analisar. Nesses casos, as observações não são independentes da variável de interesse que se quer explicar (Winship e Mare,

²Aqui segue-se a formulação presente em Long e Freese (2006), que também expressa os modelos de variáveis dicotômicas como uma função linear de uma variável latente.

³Uma das técnicas estatísticas utilizadas, o heckprobit, parece ser particularmente sensível às diferentes especificações usadas.

1992). O exemplo clássico desse problema está na literatura sobre salários (*wage*), os indivíduos que não trabalham precisam ser incorporados à análise, ao risco da estimação ser inconsistente. O problema é que a regressão estimada nessa situação confunde os parâmetros de interesse com os parâmetros da função que determina a probabilidade de ser parte da amostra. Heckman propõe então que esse problema seja tratado como um problema de variável omitida. Através de um sistema de equações simultâneas ele inclui na equação de interesse (*outcome*) um termo que expressa a probabilidade de entrar ou não na amostra (*selection*).

Como nos adverte Sartori (2003), há vários exemplos empíricos em que a seleção e o resultado de interesse são explicados pelos mesmos fatores. Nessa situação as técnicas baseadas no modelo de seleção de Heckman somente são apropriadas se existe pelo menos uma variável explicativa “exógena” incluída na equação de seleção, denominada *exclusion restriction*. O segundo modelo que interessa explicar sofre precisamente desse tipo de viés de seleção, ou seja, o fato de se candidatar ou não a cargo eletivo pode ser explicado pelos mesmas variáveis que explicam o sucesso eleitoral dos candidatos que de fato participaram das eleições, gerando assim estimativas imprecisas. De outra forma, pode-se entender esse viés como um problema de endogeneidade, os deputados escolhem se candidatarem porque tem mais chance de ganhar e as variáveis que explicam o sucesso eleitoral também afetam o processo de seleção dos casos. Felizmente há mais de uma variável exógena incluída no modelo de seleção: a idade do parlamentar e se ele se elegeu como prefeito. Além disso, para a eleição de 2010 inclui-se a variável “ficha suja” que, apesar de não ser exógena à segunda equação, em tese explicaria muito bem a seleção na amostra, os deputados nessa categoria não seriam permitidos se lançarem como candidatos e, mesmo que pudessem fazê-lo, poderiam antecipar perdas eleitorais e desistir ao todo se candidatar ou optar um uma ambição regressiva.

Alguns detalhes sobre o heckman aqui utilizado precisam ser esclarecidos. Em primeiro lugar, não utiliza-se o modelo originalmente proposto por Heckman por que a variável de interesse é dicotômica. Para contornar esse problema utilizou-se o modelo proposto por Van de Ven e Van Praag (1981) apropriado para variáveis dicotômicas. De todo modo, a técnica funciona de maneira similar, gerando um medida de correlação entre o erro das duas equações, a estatística rho⁴. O heckprobit também gera um teste de hipótese da independência das duas equações, que é importante para determinar se deve-se ou não utilizar a correção de seleção. Finalmente alguns autores criticam a interpretação dos coeficientes e o erro padrão diretamente após a condução do heckman (Vance, 2006), mas seguindo a prática padrão analisa-se estes sem correção atentando para essa possível imprecisão. Também é de se notar que essa técnica é bastante sensível a diferentes es-

⁴Para estimar o rho o heckprobit na verdade gera uma medida similar, o athrho

Capítulo 3 Metodologia

Tabela 3.7: Matriz de correlação entre todas as variáveis independentes para todo período (2006 e 2010)

	escândalo	%Votos	% gasto	Governista	Magnitude	Titular	Checks	% Pork	Idade	Prefeito
escândalo	1.0000									
%Votos	0.0469	1.0000								
% gasto	0.0886	0.2640	1.0000							
Governista	0.0094	0.0159	0.0520	1.0000						
Magnitude	-0.0762	-0.5513	-0.3591	-0.0725	1.0000					
Titular	0.0103	0.1476	0.0840	-0.0038	-0.0244	1.0000				
Checks	-0.0535	-0.3600	-0.2403	-0.0496	0.6910	-0.0233	1.0000			
% Pork	0.0571	0.2246	0.1832	0.0215	-0.2880	0.1199	-0.1853	1.0000		
Idade	0.0866	-0.0658	-0.0585	-0.0391	0.0394	-0.0107	0.0104	0.0748	1.0000	
Prefeito	-0.0187	0.0050	-0.0175	0.0034	0.0307	0.0180	0.0226	-0.0247	-0.0110	1.0000

pecificações. Finalmente, uma limitação dessa técnica é que não se pode adequadamente censurar a amostra para analisar o sucesso eleitoral somente dos deputados que *tentaram reeleição*. Portanto, para analisar essa subamostra de interesse é necessário estar atento ao fato de que os resultados sofrem algum viés e estão imprecisos. Todavia no que concerne aos escândalos de corrupção, sem a correção de seleção na verdade o coeficiente está subestimado. Isso se dá já que muitos deputados que teriam prejuízo eleitoral devido a escândalos não se candidatam, assim se esse deputados fossem obrigados a se candidatarem eles provavelmente teriam uma probabilidade menor de se elegerem, aumentando o efeito negativo da variável de interesse.

Um dos pressupostos da regressão múltipla é a ausência de multicolinearidade perfeita. Isso significa que nenhuma variável independente pode estar perfeitamente correlacionada com outra, nem com uma combinação linear delas. No caso na regressão linear se isso ocorre ela nem pode ser identificada. Mesmo que a colinearidade não seja perfeita, se ela for elevada isso pode gerar estimativas incorretas e, dada sua instabilidade, pode resultar em erros padrões maiores (Lewis-Beck, 1980). Nesse caso os coeficientes parciais das variáveis independentes podem ser extremamente sensíveis a diferentes especificações, podendo inclusive mudar de sinal. Lewis-Beck (1980) recomenda examinar a matriz de correlação das variáveis no modelo procurando valores acima de 0.8. Na tabela 3.7 apresenta-se a matriz de correlação de todas as variáveis independentes.

Apesar da utilidade da matrix de correlação para detectar problemas de colinearidade essa aproximação é limita, pois ela não leva em conta a relação de uma variável com *todas as demais*. Por isso Lewis-Beck (1980) recomenda regredir todos as variáveis independentes

Capítulo 3 Metodologia

em função de todas as demais. Regredindo todas as variáveis do modelo principal sobre todos as demais observou-se o valor do r^2 procurando-se valores elevados. As variáveis “% Votos”, “Checks” e “Magnitude” parecem ser as mais problemáticas, com r^2 variando entre 0.63 e 0.43 para as duas legislaturas. Embora esses coeficientes de determinação sejam altos ainda estão distantes do valor máximo possível de “1” para o qual deve-se estar atento (Lewis-Beck, 1980). Ainda assim observa-se que algumas variáveis são bastante colineares e, portanto, deve-se estar atento para esse fato ao analisar os modelos. De uma forma geral, a estratégia será apresentar diversas especificações procurando verificar se a principal variável de interesse é sensível a essas diferenças.

Capítulo 4

Resultados

O objetivo principal desse estudo é estimar o impacto de escândalos de corrupção na carreira políticos dos deputados federais no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo secundário é estimar o impacto da lei da ficha limpa. Como mencionado no capítulo anterior há dois efeitos possíveis dos escândalos de corrupção, um sobre a *escolha de carreira* dos deputados e outro sobre seu sucesso eleitoral. Sobre a *escolha de carreira* há dois mecanismos possíveis: os deputados podem se aposentar no final do mandato ou se candidatarem a um cargo mais fácil de ser obtido. Quanto ao sucesso eleitoral dos deputados federais a análise será separada em três partes, a primeira irá testar o efeito da corrupção sobre os deputados que se candidatam para *qualquer cargo*, em seguida para aqueles que escolheram uma *ambição progressiva* e finalmente para aqueles que tentam *reeleição* no mesmo cargo.

Se o efeito do envolvimento em escândalos fosse mesmo significativo isso seria perceptível numa simples descrição dos dados. Tabela 4.1 e 4.2 apresenta o cruzamento da variável *escândalo* com *ambição progressiva* para as eleições de 2006 e 2010 respectivamente. Na primeira eleição percebe-se que os envolvidos em escândalos preferem a *ambição regressiva* mais do que os outros. Já na eleição de 2010 percebe-se que dos deputados que escolheram uma *ambição regressiva* 68% foram envolvidos em escândalos. Todavia, vê-se também que nessa eleição a maioria os deputados com *ambição progressiva ou estática* foram envolvidos em escândalos. Essa fato pode ser relativizado pelo fato de que mais deputados foram envolvidos em escândalos do que na eleição anterior. De toda maneira, percebe-se um relacionamento bastante óbvio entre essas duas variáveis. Em 2006 essa relação aparenta ser ainda mais forte do que na eleição seguinte. Para efeito de comparação as tabelas 7.1 e 7.2 (nos anexos) mostram a relação de *escândalo* com o fato de ser ou não *candidato*, sendo a tendência geral bastante similar àquela encontrada para a variável *ambição progressiva*.

Mesmo percebendo uma associação entre a frequência da *escolha de carreira* e escândalos não há segurança suficiente para negar a hipótese de que essa relação é apenas uma coinci-

Capítulo 4 Resultados

Tabela 4.1: Relação entre “Ambição Progressiva” e “Escândalo” na eleição de 2006

Ambição Progressiva	escândalo				Total	Total
	Não	Não	Sim	Sim		
	N.	%	N.	%	N.	%
Não	61	42	84	58	145	100
Sim	270	56	213	44	483	100
Total	331	53	297	47	628	100

Tabela 4.2: Relação entre “Ambição Progressiva” e “Escândalo” em 2010

Ambição Progressiva	escândalo				Total	Total
	Não	Não	Sim	Sim		
	No.	%	No.	%	No.	%
Não	26	33	54	68	80	100
Sim	230	45	278	55	508	100
Total	256	44	332	56	588	100

dência, ou que haja uma relação espúria, com uma terceira variável omitida que explique as demais. Por exemplo, os deputados que foram acusados de corrupção e escolheram se aposentar podem ser simplesmente aqueles que tinham menos recursos para financiamento de campanha ou que estavam com idade avançada e esses fatores explicam tanto a escolha como o envolvimento em casos de corrupção. Para rejeitar essas hipóteses utilizou-se um modelo de regressão probit. Com esse modelo pode-se analisar o efeito parcial da corrupção sobre a *escolha de carreira* controlando o efeito de todas as demais variáveis. Como os coeficientes do modelo não são apropriados para interpretação direta e porque a variável dependente do modelo é o log da probabilidade, o mais indicado é utilizar os efeitos marginais médios e as probabilidades preditas para fazer as interpretações. Para testar a robustez do efeito da variável de interesse e também por causa de problemas de multicolinearidade apresenta-se nos referidos modelos diversas especificações.

A tabela 4.3 mostra o modelo para escolha de carreira em 2006. De maneira geral as variáveis tem o efeito esperado, as únicas exceções são *checks* e *votos*, mas os coeficientes dessas variáveis não tem significância estatística. Também percebe-se na tabela que *escândalo* diminui em 8% a probabilidade da escolha de uma *ambição progressiva*, mantidas constantes as outras variáveis, e esse efeito é significativo ao nível de 95%, sendo também resiliente à diferentes especificações.¹

Na tabela 4.4, referente a eleição de 2010, percebe-se que além do efeito marginal da corrupção ser menor ele só é significativo ao nível de 90% de confiança. Diferente do modelo

¹Embora possam haver críticas ao uso dos efeitos marginais para interpretação de modelos não lineares deve ser feita a ressalva que o calculo das probabilidades preditas pelo método das primeiras diferenças gera resultado muito similares.

Tabela 4.3: Regressão Probit “Ambição Progressiva” reportando efeitos marginais para 2006

Variáveis	(1) Ambição	(2) Ambição	(3) Ambição	(4) Ambição
Escândalo	-0.0849** (0.0347)	-0.0884** (0.0344)	-0.0936*** (0.0351)	-0.0975*** (0.0328)
Idade	-0.00282 (0.00173)	-0.00272 (0.00177)	-0.00305* (0.00178)	
Prefeito	-0.645*** (0.113)	-0.645*** (0.115)	-0.646*** (0.112)	
Votos	-0.173 (0.497)	-0.246 (0.421)	-0.302 (0.392)	
Titular	0.174*** (0.0393)	0.177*** (0.0379)	0.178*** (0.0402)	
Pork	0.594*** (0.229)	0.557** (0.217)	0.523** (0.221)	
Governista	0.0694** (0.0281)	0.0670** (0.0283)		
Checks	0.0319 (0.101)	0.0623 (0.0746)		
Magnitude	0.000579 (0.00112)			
N	600	601	601	628
Erro padrão agrupado entre parêntese				
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1				

Capítulo 4 Resultados

Tabela 4.4: Regressão Probit “Ambição Progressiva” reportando efeitos marginais para 2010

Variáveis	(1) Ambição	(2) Ambição	(3) Ambição	(4) Ambição
Escândalo	-0.0551* (0.0310)	-0.0549* (0.0321)	-0.0313 (0.0298)	-0.0625** (0.0277)
Idade	-0.00114 (0.00135)	-0.00134 (0.00136)	-0.00146 (0.00137)	
Prefeito	-0.421*** (0.0574)	-0.419*** (0.0656)	-0.425*** (0.0713)	
Votos	0.691 (1.366)	-0.157 (0.860)	-0.207 (0.869)	
Titular	0.0893*** (0.0269)	0.0989*** (0.0292)	0.0960*** (0.0297)	
Pork	0.193 (0.132)	0.172 (0.127)	0.174 (0.131)	
Governista	0.0506** (0.0199)	0.0481** (0.0206)	0.0495** (0.0210)	
Checks	-0.122 (0.124)	-0.0346 (0.104)	-0.0326 (0.108)	
Magnitude	0.00203 (0.00144)			
Ficha suja	0.0674** (0.0338)	0.0732** (0.0337)		
N	525	525	526	588

Erro padrão agrupado entre parêntese
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

para a eleição anterior todos os efeitos marginais tem o sinal previsto, com exceção da variável *ficha suja*. Também segundo o modelo, ter sido considerado *ficha suja* aumenta em 6% a probabilidade de escolher uma *ambição progressiva* e esse resultado é estatisticamente significativo, controlando o efeito das demais variáveis. Não somente a lei da ficha limpa deixou de ter o efeito pretendido, teve o efeito contrário. A interpretação desse fato é que os deputados sujeitos à lei encaram a eleição de 2010 como sua última chance, se havia ainda alguma incerteza sobre a aplicação dessa lei nas eleições em questão, nas próximas eleições ela teria grandes chances de vingar.² Assim a lei alterou o cálculo estratégico dos parlamentares, incentivando a *ambição progressiva* para os deputados *ficha suja*.³

²Agradeço a sugestão feita durante o Ronald Coase Institute Institutional Analysis Workshop em Beijing 2012.

³Poderiam ser feitas críticas ao fato da especificação incluir tanto *Escândalos* quanto *Ficha Limpa* que são colineares ($r=0.44$). Embora seja verdade que todos os deputados considerados *ficha suja* também são incluídos na variável *escândalo* a recíproca não é verdadeira e a correlação não é perfeita. Contudo, é possível que a correlação alta e os efeitos contrários aumente o erro da variável *escândalo* sendo por isso salutar incluir as duas variáveis na especificação.

Capítulo 4 Resultados

As tabelas 7.3 e 7.4 (nos anexos) mostram modelos probit utilizando a variável *candidato* como um indicador de *escolha de carreira*. Interessante notar que na tabela 7.3, referente a eleição de 2006, a variável *% Votos* apresenta o sentido positivo esperado, sugerindo que o efeito negativo percebido na tabela 4.3 se deve inteiramente a escolha de se candidatar a deputado estadual. Isso sugere que quanto maiores os votos em relação ao total no estado menor a probabilidade de uma candidatura de ambição regressiva, para deputado estadual. Já na tabela 7.4 observa-se que a variável *escândalo* perde a significância em todos os modelos com diferentes especificações, ao passo que a variável *ficha suja* tem significância estatística ao nível de 99% do intervalo de confiança.

Tal como foi mencionado no capítulo 3, para estimar o efeito de escândalos de corrupção no sucesso eleitoral dos deputados deve-se corrigir o possível viés de seleção. A tabela 4.5 mostra o modelo heckprobit para a eleição de 2006 usando a variável *ambição progressiva* como critério de seleção. Percebe-se que o *athrho* é extremamente significativo, o que indica que deve-se rejeitar a hipótese nula da independência das duas equações. Todas as variáveis tem o sinal esperado excetuando-se *Pork* no modelo (1) e *Checks* no modelo (2). *Ceteris paribus*, o feito marginal médio de *escândalo* é de - 0.06, significativo ao nível de 90% do intervalo de confiança. Interessante notar que se o teste é conduzido sem o controle de viés de seleção o efeito marginal é o dobro.⁴ A tabela 7.5 (nos anexos) mostra o modelo heckprobit com *Candidato* como variável de seleção, naquele modelo a variável *escândalo* perde a significância estatística.

A tabela 4.6 mostra o modelo heckprobit para a eleição de 2010 com *ambição progressiva* como critério de seleção. Observa-se primeiramente que o *athrho* não é significativo, isso poderia sugerir que a correção do viés de seleção não é necessária. No entanto, quando substituída a variável de seleção *regressão progressiva* por *candidato* o *athrho* adquire significância estatística ao nível de 90% do intervalo de confiança. Percebe-se também na tabela 4.6 que todas as variáveis tem o sinal esperado com exceção de *% Pork*. Finalmente, a variável *ficha suja* tem o efeito contrário do esperado e é extremamente significativa, tanto para o modelo de seleção, como para o de resultado. Os *ficha suja* não somente estão mais dispostos a concorrerem nas eleições de 2010, mas quando o fazem tem uma chance maior de serem eleitos comparados aos outros, mantidos constantes os outros fatores. Percebe-se também que com a inclusão de *ficha suja* no modelo a variável *escândalo* tem o efeito esperado e tem significância estatística. Os efeitos marginais das duas variáveis são extremamente significativos: de acordo com essa estatística ser envolvido em *escândalo* diminui em 16% a probabilidade de eleição e ser *ficha suja* aumenta essa mesma probabilidade em 15%, *ceteris paribus*. A tabela 7.6 nos anexos mostra o modelo heckpro-

⁴Como alerta Vance (2006), deve-se interpretar os coeficientes e seus erros padrões dos modelos heckman com muita prudência, principalmente quando a variável em questão encontra-se nas duas equações.

Tabela 4.5: Heckprobit para *Eleito* 2006 com *Ambição Progressiva* como variável de seleção

Variáveis	(1) Eleito	(2) Ambição Progressiva	(3) athrho
Escândalo	-0.180* (0.105)	-0.286* (0.147)	
Votos	8.305*** (1.897)	-0.619 (1.860)	
Titular	0.159 (0.265)	0.649*** (0.164)	
Pork	-2.051*** (0.645)	2.519*** (0.944)	
Governista	-0.214 (0.150)	0.295*** (0.104)	
Checks	-0.732*** (0.259)	0.138 (0.394)	
Magnitude	0.0134** (0.00552)	0.00360 (0.00414)	
Idade		-0.0149** (0.00627)	
Prefeito		-2.475*** (0.385)	
gasto	0.649 (1.280)		
Constant	-0.0681 (0.374)	0.790** (0.371)	-1.463*** (0.508)
N	598	598	598

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Capítulo 4 Resultados

Tabela 4.6: Heckprobit para *Eleito* em 2010 com *Ambição Progressiva* como variável de seleção

Variáveis	(1) Eleito	(2) Ambição Progressiva	(3) athrho
escândalo	-0.479*** (0.133)	-0.326* (0.177)	
Votos	8.672* (4.994)	3.939 (8.356)	
Titular	1.123*** (0.241)	0.536*** (0.158)	
Governista	0.365*** (0.114)	0.332*** (0.119)	
Pork	-0.615 (0.532)	1.106 (0.753)	
Checks	-0.868*** (0.265)	-0.666 (0.722)	
Idade		-0.00922 (0.00775)	
Prefeito		-2.566*** (0.331)	
ficha suja	0.456*** (0.170)	0.444** (0.190)	
Magnitude	0.0149*** (0.00575)	0.0111 (0.00832)	
gasto	1.304 (1.347)		
Constant	-1.136*** (0.386)	1.026* (0.564)	-0.536 (0.453)
N	510	510	510

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

bit para 2010 com *candidato* como variável de seleção. De uma forma geral, a tabela 7.6 mostra coeficientes muito parecidos com aqueles da tabela 4.6 com a exceção de *escândalo* que perde a significância no modelo de seleção.

É preciso lembrar que os modelos discutidos anteriormente inclui os deputados que tentaram uma *ambição progressiva* ou *estática* comparados àqueles que desistiram do pleito ou tentaram um cargo mais fácil de ser obtido. Mas pode haver grandes diferenças no sucesso eleitoral dos deputados que tentam uma *ambição estática* e aqueles que tentam uma *ambição progressiva*. Para verificar essa diferença as tabelas 4.7 e 4.8 mostram o sucesso eleitoral somente dos deputados que tentaram *reeleição*. Infelizmente, essa amostra não se presta ao teste de heckprobit, os deputados que não tentam se reeleger podem ter tanto

Capítulo 4 Resultados

Tabela 4.7: Efeitos marginais da Regressão Probit para deputados federais *Reeleitos* em 2006

Variáveis	(1) Eleito	(2) Eleito	(3) Eleito
1.Escândalo	-0.138*** (0.0410)	-0.135*** (0.0417)	-0.110** (0.0429)
Votos	3.701*** (0.713)	3.511*** (0.723)	
gasto	1.169** (0.533)	1.210** (0.573)	
1.Titular	0.238* (0.133)	0.241* (0.133)	
Pork	-0.643*** (0.219)	-0.671*** (0.221)	
1.Governista	-0.0599 (0.0542)	-0.0589 (0.0540)	
Magnitude	0.00614*** (0.00234)	0.00385* (0.00210)	
Checks	-0.294*** (0.111)		
Observations	438	438	457
Erro padrão agrupado entre parêntese			
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1			

uma ambição progressiva como regressiva. Por isso as estimativas apresentadas abaixo devem ser avaliadas com precaução já que sofrem do viés de seleção. Essa fato pode ser atenuado já que esse viés aparenta ser menos significativo na eleição de 2010, pelo que indica a significância do rho conforme tabela 4.6. De todo modo, pode-se perceber nas tabelas 4.7 e 4.8 que os efeitos das variáveis são bastante similares aos modelos usando o controle de seleção para toda amostra. Em 2006 os deputados tentando *reeleição* e que foram envolvidos em graves *escândalos* tem uma desvantagem eleitoral média estimada em torno de 13%, mantidos constantes os efeitos das outras variáveis.

Já em 2010 os deputados envolvidos em escândalos têm, em média, uma probabilidade ainda menor de se reelegerem, em torno de -16%, controlando o efeitos das outras variáveis. Note-se também que os deputados *ficha suja* tem uma vantagem eleitoral média de 17% que é significativo ao nível de 99% do intervalo de confiança. Esse último resultado é surpreendente. Ainda que seja razoável supor que a lei da ficha limpa incentivasse os deputados a concorrer nas eleições, já que essa poderia ser sua última chance, imaginar que esse deputados seriam mais bem sucedidos que os demais é simplesmente intrigante. O que explicaria esse comportamento eleitoral a favor dos *ficha suja*? A única hipótese

Capítulo 4 Resultados

Tabela 4.8: Efeitos marginais da Regressão Probit para deputados federais *Reeleitos* em 2010

Variáveis	(1) Eleito	(2) Eleito	(3) Eleito	(4) Eleito
1.Escândalo	-0.162*** (0.0418)	-0.0903** (0.0396)	-0.0892** (0.0396)	-0.0974** (0.0414)
Votos	2.623* (1.539)	2.375 (1.547)	2.388 (1.706)	
1.Titular	0.447*** (0.0734)	0.447*** (0.0732)	0.449*** (0.0792)	
1.Governista	0.130*** (0.0441)	0.128*** (0.0437)	0.121*** (0.0460)	
gasto	2.531*** (0.764)	2.492*** (0.737)	2.485*** (0.772)	
Pork	-0.274* (0.164)	-0.266 (0.168)	-0.262 (0.167)	
Magnitude	0.00621*** (0.00160)	0.00636*** (0.00155)	0.00418*** (0.00141)	
Checks	-0.280** (0.129)	-0.293** (0.127)		
Ficha suja	0.177*** (0.0564)			
Observations	400	400	400	444

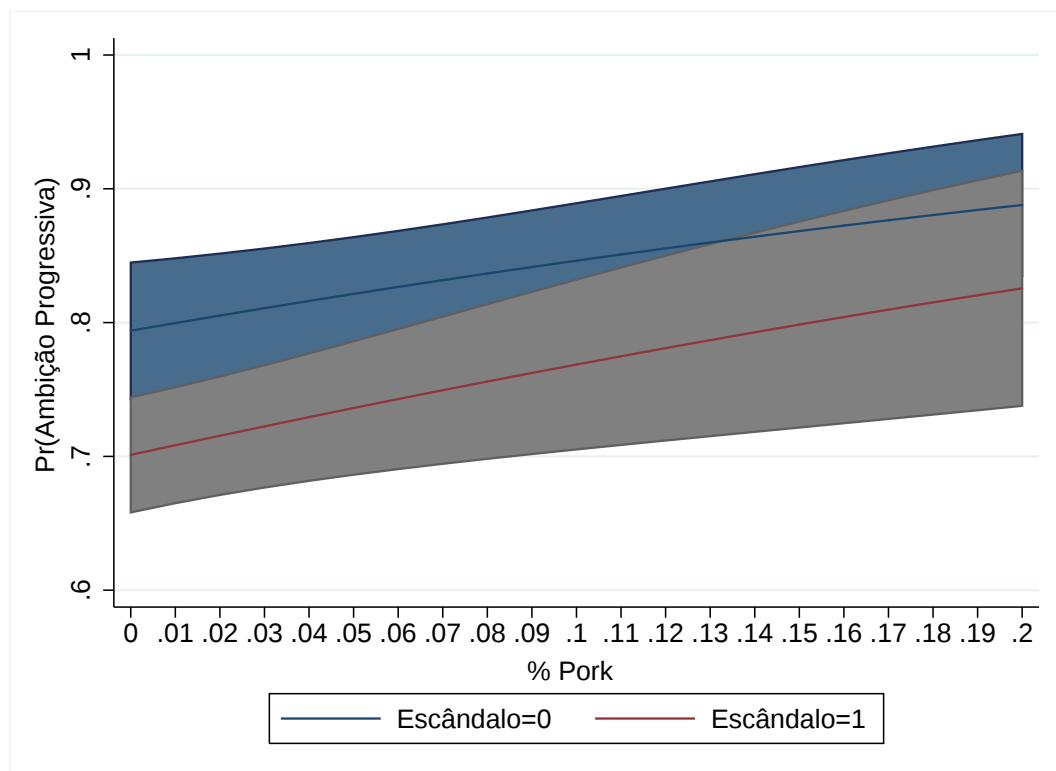
Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

que pode-se esboçar provisoriamente é que os incentivos são mais robustos, por isso eles se empenharam mais do que os outros para encher os cofres da campanha e garantir continuidade no cargo e isso não seria capturado pela variável *% gasto*, já essa ela somente captura o que os deputados declaram à justiça eleitoral. Quando calculados os efeitos marginais dos modelos heckprobit apresentados nas tabelas 4.5 e 4.6 eles são bastante similares aos dos modelos considerando somente os deputados tentando *reeleição*, embora no último caso sua magnitude seja um pouco maior.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o efeito parcial de qualquer variável em modelos não lineares dependem dos valores de todas as outras variáveis. Embora o efeito marginal médio seja uma medida interessante, já que resume o efeito parcial médio de uma variável para toda distribuição, ele também pode ser muito enganador. Por conta dessa característica não linear dos modelos utilizados, convém encontrar outras formas de descrever as relações de interesse nesse estudo. A figura 4.1 mostra a relação entre o envolvimento em escândalos de corrupção e a probabilidade de escolher uma *ambição*

Figura 4.1: Probabilidades preditas de *Ambição Progressiva* em função de *Escândalo* e % *Pork* na eleição de 2006



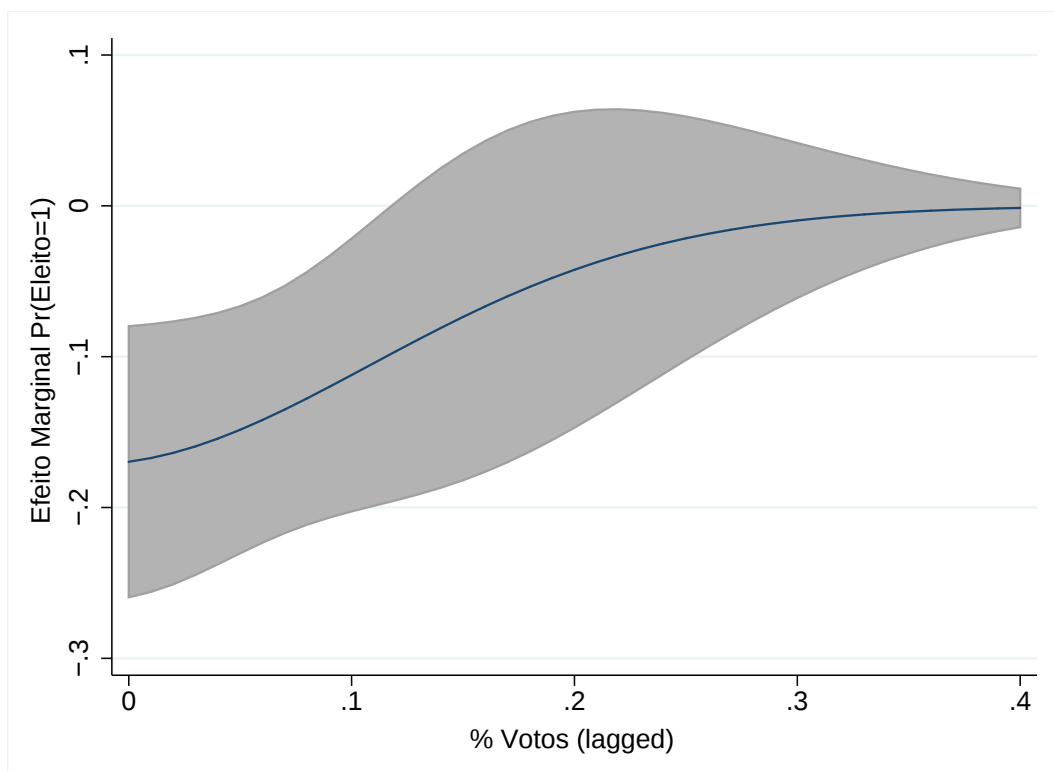
progressiva em função do nível da variável % *Pork*.⁵ Percebe-se na figura que a diferença entre ser ou não envolvido em escândalos não tem significância estatística a partir de determinado nível de % *Pork*. Isso significa que o envolvimento não tem efeito algum sobre a escolha de carreira a partir de determinado valor do montante de dinheiro que o deputado consegue enviar para sua base eleitoral. De outra forma, pode-se afirmar que os deputados corruptos que distribuem muitas *mercadorias políticas* não temem as consequências eleitorais de seus atos ilícitos, corroborando a tese do “rouba mas faz” no que tange ao cálculo estratégico dos deputados quanto às suas escolhas de carreira.

A figura 4.2 plota o efeito marginal de ser envolvido em *escândalo* sobre a probabilidade de ser *eleito* em 2010 em função da percentagem de *votos* no estado na eleição anterior. Percebe-se claramente que *escândalo* só tem um efeito negativo com significância estatística quando os deputados não gozam de um grande capital político anterior, o que é operacionalizado pela variável % *votos (lagged)*. À medida que aumentam os *votos* dos deputados na eleição anterior o efeito marginal se aproxima de zero.⁶

⁵A figura 4.1 e as demais que a seguem são baseadas nos modelos totalmente especificados e os efeitos parciais são calculados mantidas as outras variáveis na média. Há muitas outras interações possíveis entre as variáveis do modelo, entretanto, apresentamos somente aquelas julgadas mais essenciais e relevantes.

⁶Para a interpretação correta da figura 4.2 e as demais é preciso recordar que a distribuição das variáveis controladas pelo total no Estado, como % *votos*, % *gasto* e % *pork*, se concentram entre os valores de “0” e “0.2”, o que significa que só pode-se fazer interpretações robustas dos efeitos marginais no

Figura 4.2: Efeito Marginal de *Escândalo* sobre *Eleito* em função de *% Votos (lagged)* para 2010



A figura 4.3 mostra o efeito marginal de ser *ficha suja* sobre a escolha por uma *Ambição Progressiva* na eleição de 2010 em função de percentagem de *Votos* na eleição anterior. Percebe-se na figura que o efeito positivo e significativo de ser *ficha suja* se dá apenas em faixa muito específica de deputados, aqueles que tiveram poucos votos em comparação com o total do estado. Assim, nossa conclusão sobre o efeito da Ficha Limpa deve ser muito mais circunscrita a “tipos” específicos de deputados. Entretanto, é preciso recordar a maioria dos deputados tem poucos votos em relação ao total do Estado, o que sugere que esse padrão seja antes a “regra”, do que a exceção.

A figura 4.4 apresenta a relação entre ser ou não *ficha suja* e a probabilidade de ser *eleito* em 2010 em função de *% votos*, com as outras variáveis no modelo mantidas na média. A exemplo das demais, também nota-se nessa figura que à medida que se eleva a percentagem de *votos* na eleição anterior a diferença entre ser ou não *ficha suja* deixa de ter significância estatística.

A figura 4.5 descreve o efeito marginal de *escândalo* sobre a probabilidade de ser *reeleito* em 2006 em função do financiamento de campanha, ou seja, aqui analisa somente os deputados com ambição estática, e portanto, o efeito marginal é calculado sem a correção de heckman. Todavia, percebe-se que o efeito de ser envolvido em *escândalo* sobre a

entorno desses valores.

Figura 4.3: Efeito Marginal de *ficha suja* sobre *Ambição Progressiva* em função de % Votos em 2010

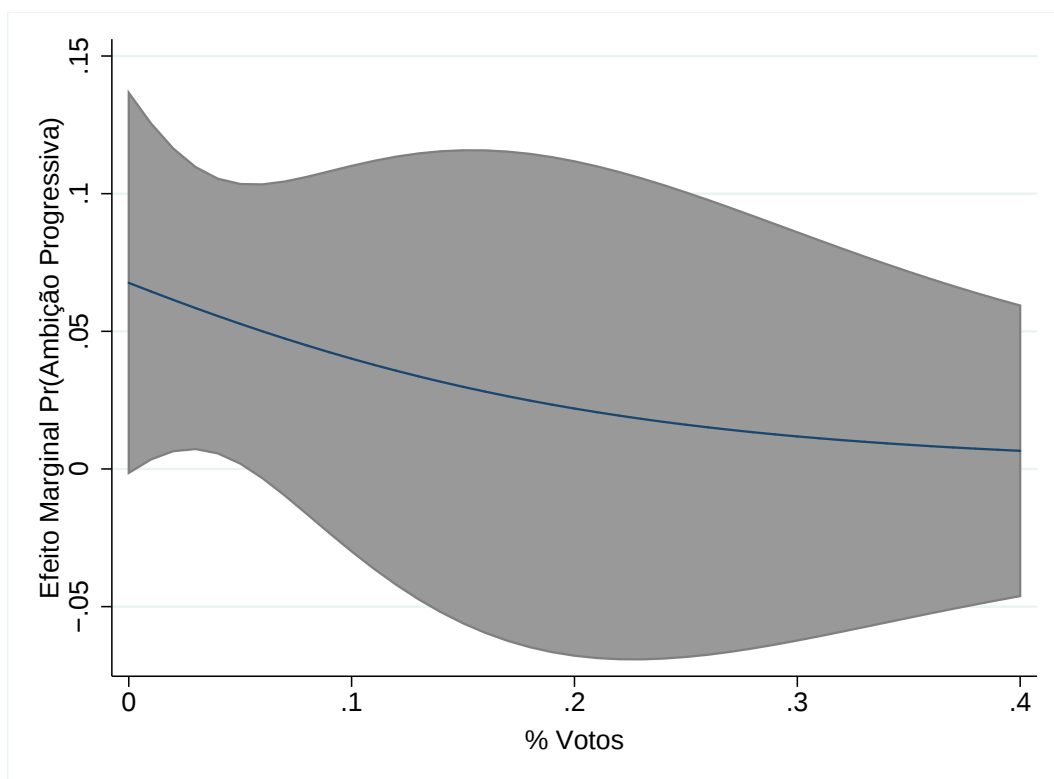


Figura 4.4: Probabilidades preditas de ser *Eleito* em 2010 em função de % Votos e *ficha suja*

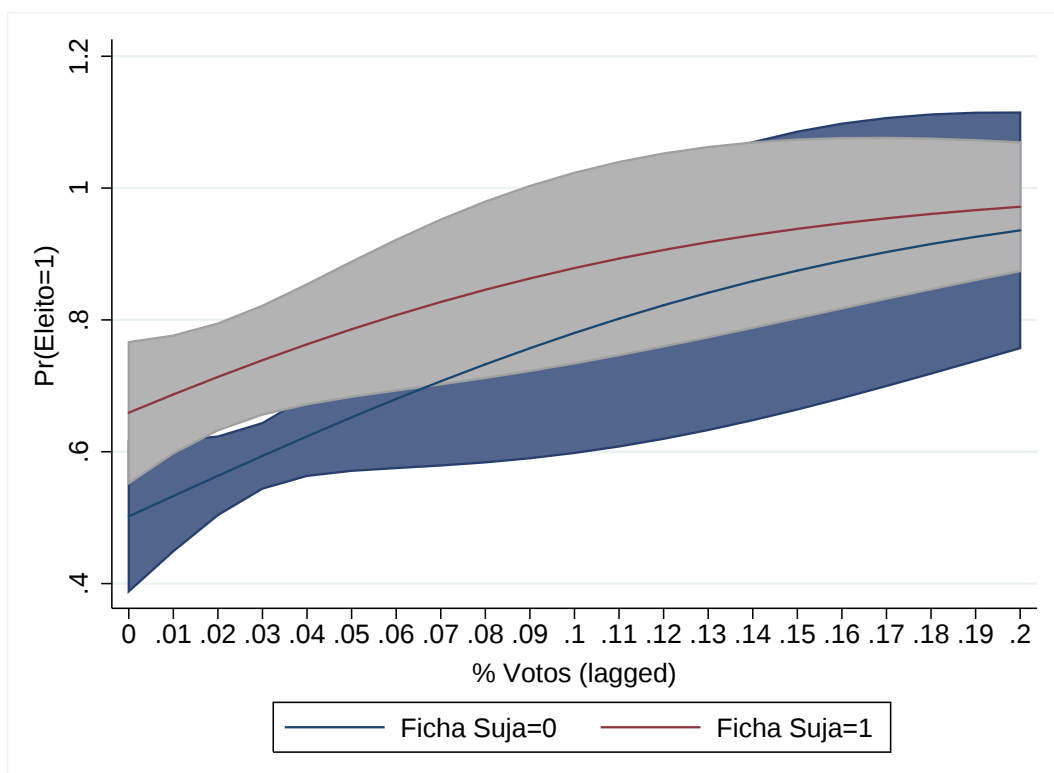
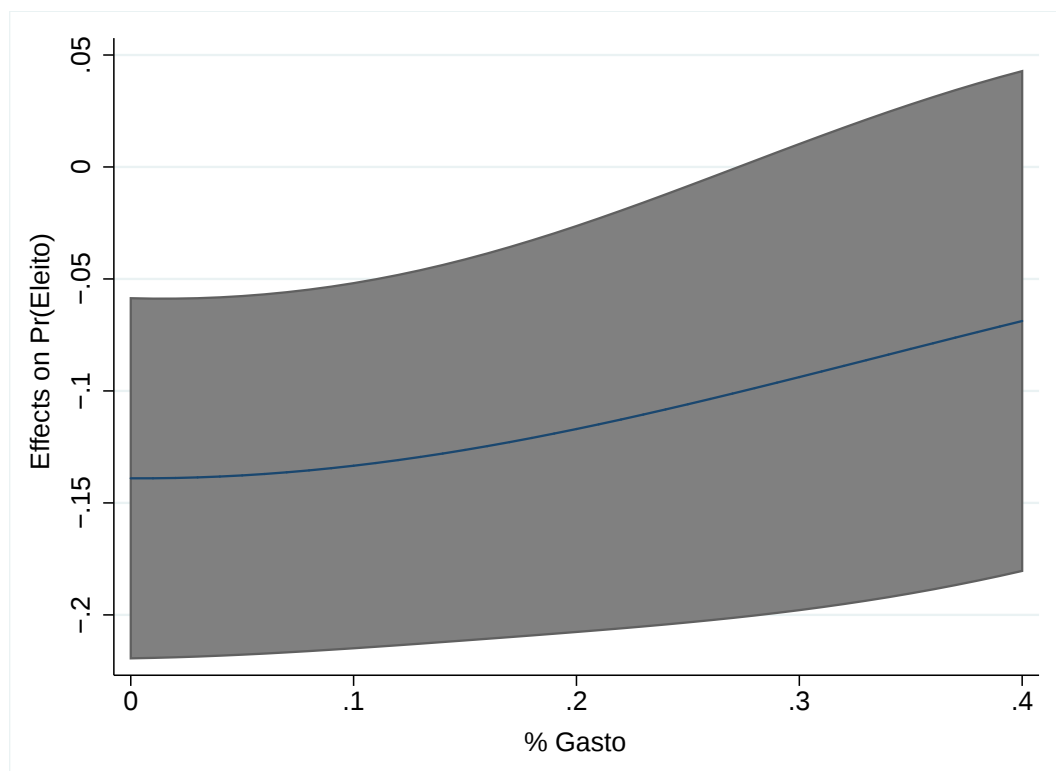


Figura 4.5: Efeito marginal de *escândalo* sobre a probabilidade de ser *Reeleito* em 2006 em função de *% gasto*

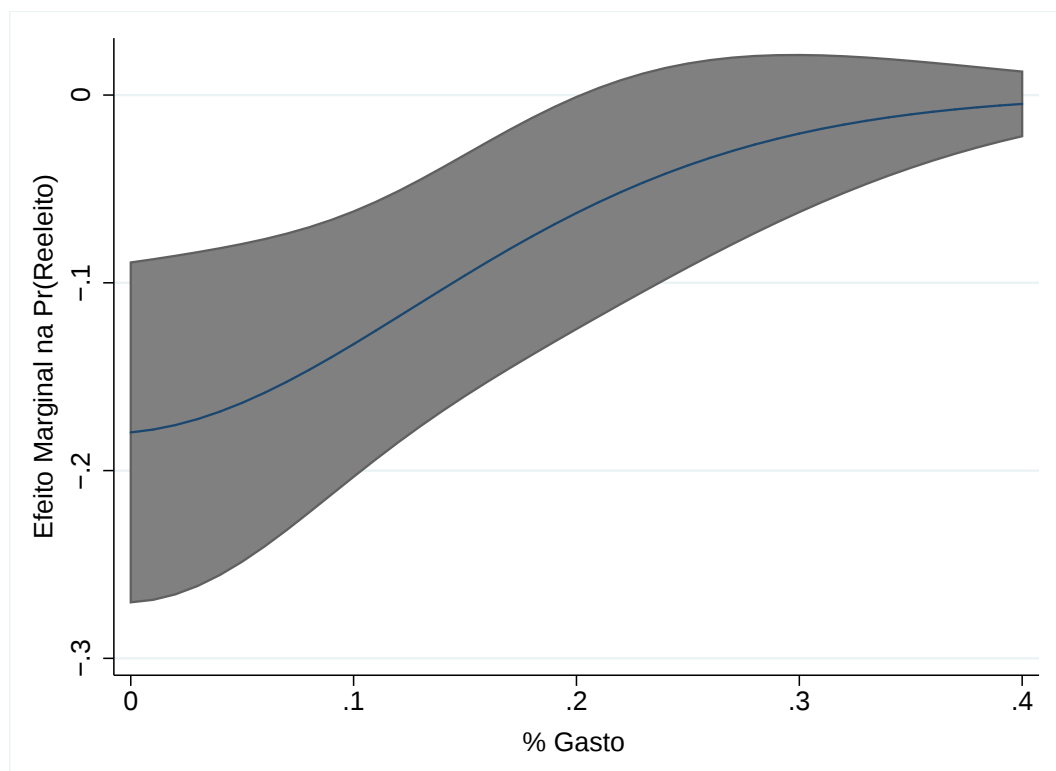


probabilidade de ser *reeleito* aproxima-se de zero à medida que o *% gasto* se eleva. Entretanto, pode-se perceber que o intervalo de confiança de 95% só inclui o zero quando se aproxima de *% gasto* no nível de 0.3, ou seja, em 2006 para a maior parte dos deputados, ser envolvido em escândalo tem um impacto negativo e estatisticamente significativo sobre as chances de reeleição.

A figura 4.6 mostra a mesma relação descrita acima, mas para a eleição de 2010. Percebe-se ao inspecionar essa figura que o efeito de *escândalo* aparenta ser maior em 2010 do que em 2006, mas a partir do momento que o deputado gasta na sua campanha o equivalente a 20% do total do estado essa relação perde a significância, embora hajam poucos deputados gastem tanto. Deve-se lembrar também a variável *% gasto* é somente um indicador imperfeito do montante de dinheiro usado na campanha, já que supomos boa parte dos recursos não são declarados.

De uma forma geral, esses elementos gráficos circunstanciam melhor a análise dos dados. O efeito de escândalos de corrupção é evidenciado somente para o deputado *típico*. Para aqueles que gozam de muito capital político, que conseguem arrecadar muitos recursos para campanha e que distribuem muitos benefícios para seus redutos eleitorais o efeito marginal de ser envolvido em escândalos de corrupção se aproxima de zero. Ademais, a análise revela que os deputados identificados como *ficha suja* não só são mais ambiciosos

Figura 4.6: Efeito marginal de *Escândalo* sobre probabilidade de ser *Reeleito* em 2010 em função de % *gasto*



do que os demais, mas eles tem um maior sucesso eleitoral. Esse achado contra intuitivo é no mínimo intrigante. Se é razoável supor que a lei forneceu incentivos para os deputados *ficha suja* se candidatarem mais que os outros, já que essa eleição poderia ser uma janela de oportunidade que não voltaria a se repetir, por outro lado, é mais desafiador explicar porque os *ficha suja* seriam premiados pelos eleitores. Afinal foram os próprios eleitores que forçaram a aprovação de lei em primeiro lugar. A interpretação mais razoável é que os deputados *ficha suja* tenham se “esforçado” mais do que os outros para garantir seus mandatos, de forma que ser *ficha suja* seja correlacionado com uma prática mais acentuada de caixa dois e outros delitos como compra de voto e que nossos dados falharam em *medir* esse esforço adicional.

Capítulo 5

Conclusões

Investigar as relações de *accountability* não é um exercício fortuito ou de interesse secundário, relevante somente para uma discussão teórica a respeito do comportamento eleitoral. A *accountability* está mesmo na base da justificação normativa da democracia moderna. Ela está no cerne do que a representação política deveria promover: o controle dos governantes. Estabelecer em que medida os representantes agem orientados pelo interesse dos seus eleitores se torna a tarefa número um de uma ciência sobre a política que almeja se estabelecer como necessária e útil. Esse trabalho procurou contribuir para essa discussão tão essencial, não só para melhor *entender* a representação política, mas também como passo necessário para melhor praticá-la.

No capítulo 2 procurou-se evidenciar a *multidimensionalidade* da representação e suas implicações para a *responsabilização vertical*. A própria natureza da representação política tal como ela ocorre na modernidade estabelece limites para a *accountability*. Como foi argumentado, o voto é um instrumento limitado para punir e recompensar o desempenho dos políticos, ao mesmo tempo em que deve ser autorizativo e prospectivo. Dada às limitações de observabilidade e de informação os eleitores são obrigados a fazer uma decisão extremamente complexa com poucos recursos para tal. No limite cada voto individual não tem nenhum impacto relevante sobre a representação, nem mesmo no nível local. Se os eleitores percebem isso eles podem adotar uma posição de *ignorância racional*. Todavia, viu-se também que certos atalhos informacionais poderiam permitir uma decisão eleitoral consciente e consequente. A representação política torna-se por consequência um problema de ação coletiva dos mais essenciais da vida moderna. Abrindo-se a possibilidade de haver o controle democrático, mesmo com todas suas inerentes limitações, torna-se fulcral estabelecer que condições facilitam ou dificultam esse controle.

A literatura sobre *accountability* evidencia a importância das instituições políticas e da assimetria de informação. No nível das instituições os prognósticos para o caso brasileiro são marcadamente pessimistas. No entanto, a capacidade de individualizar a representação que nosso sistema eleitoral permite parece ter consequências benéficas para o controle

democrático, de fato os eleitores foram capazes de identificar e punir os deputados federais envolvidos em graves escândalos de corrupção tanto na eleição de 2006, como na de 2010. Esse achado pode ter importantes repercussões para o debate teórico e público sobre a reforma das instituições políticas brasileiras.

Em relação à assimetria de informação, a teoria da delegação prevê esse como sendo o ponto crucial para a boa representação. Nesse trabalho ficou evidenciado que a divulgação da informação não é causa suficiente para a boa representação, embora seja necessária. Simplesmente, dadas certas condições a informação sobre o passado criminal ou o envolvimento em escândalos de corrupção não tem efeito nenhum sobre o nível agregado de *accountability vertical*. Assim também essa análise traz importantes contribuições sobre os acertos e os limites da teoria da delegação, no que tange ao papel da assimetria de informação.

O presente esforço analítico justifica-se não somente pela sua óbvia importância prática e política. No capítulo 2 procurou-se elencar diversos estudos que trazem questões de pesquisa muito similares às desse trabalho, em outro países e no Brasil. Portanto, as questões de pesquisa aqui respondidas estão em sintonia com a agenda de pesquisa atual, tornando-se difícil negar sua relevância e justificação. Procurou-se contribuir para essa literatura de diversas maneiras. Primeiramente, esse trabalho procurou estender temporalmente as análises anteriores, verificando se de fato a partir de 2006 o padrão de *accountability* sofreu uma inflexão histórica, tal como foi indagado por Pereira et al. (2011). Em segundo lugar, usamos como indicador de corrupção e irregularidades uma medida mais precisa, denominada de *escândalos*, que incorpora jornais e revistas locais e nacionais e mede todas as irregularidades, crimes, denúncias que pesam sobre os deputados e foram movidas por órgão de estado. A variável produzida para essa análise espelha a preocupação teórica da pluralidade da mídia, representando um avanço, portanto, à medida utilizado por Rennó (2008) e Pereira et al. (2011). Em terceiro lugar, propomos uma estratégia de identificação que leva em conta o viés de seleção típico de dados observacionais e históricos, gerando estimativas mais precisas e confiáveis das relações de interesse. Em quarto lugar, levando em conta toda consequência da não linearidade dos modelos empregados, inovou-se em relação aos estudos anteriores mostrando como o efeito das variáveis de interesse mudam em função das demais. Com essa acertada estratégia a “história que os dados contam” pode ser relatada em toda sua extensão, gerando conhecimento substantivo de grande interesse. Finalmente, investigou-se o efeito uma lei de iniciativa popular criada com o objetivo expresso de coibir o comportamento oportunista dos representantes, a lei da ficha limpa. Tal lei foi cercada de grande otimismo por um lado e grande ceticismo por outro. Essa análise fornece bases mais sólidas para se extrair conclusões sobre a eficácia dessa lei, no que compete os deputados federais na eleição de 2010.

Respondendo à principal questão de pesquisa evidenciou-se que de fato a informação sobre o comportamento ilícito dos deputados afetou sua carreira política, tanto na decisão subjetiva dos destinos de sua ambição política, tanto quanto no desempenho eleitoral consequente. Com alguma margem de erro pode-se afirmar que um escândalo de corrupção diminuiu em torno de 8% a probabilidade dos deputados escolherem uma *ambição progressiva* em 2006 e em torno de 5% em 2010. Quando os deputados decidiram disputar as eleições tanto para o mesmo cargo, quanto para cargos mais difíceis de serem obtidos, aqueles envolvidos em escândalos teriam menor probabilidade de se elegerem, estimada em torno de 6% em 2006 e 16% em 2010, mantidas constantes as outras variáveis e levando em conta o viés de seleção.

A análise dos dados também revelou que o efeito reputacional negativo dos escândalos atingiram sobremaneira os deputados *típicos*. A partir de determinado patamar não se pode afirmar que os escândalos tenham de fato esse efeito negativo. Conforme demonstrado, a partir de um limiar de *gasto em campanha* a informação sobre corrupção deixa de ter efeito sobre o desempenho eleitoral e sobre a escolha de carreira. Esse achado aponta para a confirmação da teoria da tolerância e do *trade-off*, que pode ser muito bem descrita pela famosa frase de Ademar de Barros: “Rouba, mas faz”. No entanto, como foi visto no segundo capítulo, essa afirmação não necessita de forma alguma de uma argumentação cultural para apoiá-la, tal como proposto, por exemplo, por Da Matta (1988). A tolerância da *extração de rendas* em troca de mercadoria políticas não é necessariamente algo particular de uma sociabilidade essencialmente brasileira, com uma aceitação e reprodução da *ética do malandro* e do *jeitinho brasileiro*. O aprendizado da análise comparativa torna óbvio que um “jeitinho” existe tanto na Índia, como na Rússia, como na Itália e em muitos outros países, nenhum dos quais há samba. De fato, a necessidade de relativizar a extração de rendas com a redistribuição de bens é algo inteiramente coerente com as análises mais abstratas e atemporais da democracia, tal como em Przeworski et al. (1999) e Dunn (1999). Não faltam mecanismos e caminhos causais pelos quais pode haver uma tolerância da corrupção vis-a-vis outras questões políticas, como ideologia, desempenho macroeconômico e clientelismo. Teorias culturalistas como a proposta por Da Matta (1988) e outros além de serem tautológicas e não explicar a mudança, ignoram o que se passa no restante do mundo, “colorindo” um fenômeno corriqueiro da democracia com o imaginário nacional. Posto isso, deve-se prudentemente admitir que o presente trabalho não pode dar conclusões sobre a *motivação* dos eleitores ao votarem num político acusado de corrupção, somente uma análise micro social poderia fazê-lo. Todavia, detectamos na inspeção dos dados empíricos que há fortes indícios que haja sim um nível de tolerância do comportamento oportunista dos políticos condicionada pela distribuição de bens políticos, tal como Pereira, Melo e Bavani (2012) encontraram para prefeitos. Mas esse achado é coerente com a teoria democrática padrão, não necessitando a explicação culturalista.

Capítulo 5 Conclusões

Em relação à questão de pesquisa secundária, de maneira inovadora estimou-se o efeito da lei da ficha limpa sobre a carreira política dos deputados federais na eleição de 2010. Ao contrário do esperado, a análise dos dados mostrou que os deputados considerados “ficha suja” tiveram maior incentivo para se candidatarem do que os demais. Além disso, de forma surpreendente e contra intuitiva os deputados que violaram a tal lei tiveram um desempenho eleitoral médio melhor do que os outros. A explicação mais razoável é que os deputados ficha suja se “empenharam” mais do que os demais, e esse empenho não está sendo medido pelas variáveis utilizadas. Possivelmente esse empenho passe por ações ilícitas de difícil observabilidade. Todavia, esse achado não significa que deve-se abandonar a lei ou que ela tenha sido de todo inútil, muito mais provável é que simplesmente seus efeitos somente surgiram somente nas eleições vindouras.

O aprendizado mais importante que a lei da ficha limpa parece trazer para discussão da accountability passa ao largo dos seus efeitos imediatos. Muito mais relevante é que essa lei foi criada e aprovada pela intensa participação popular e mobilização da sociedade civil organizada. A capacidade de organizar e dirigir os interesses difusos dos eleitores se revelou capaz de levar adiante uma medida totalmente desfavorável aos representantes que a aprovaram. Mostra-se que uma inovação institucional da democracia participativa pode aprimorar a representação. Assim, argumentos de que a participação dos eleitores deve-se restringir ao voto podem ser rechaçadas. Há sim outras formas de ação política abertas aos cidadãos, afinal são eles os *principais* da ação política, podendo retirar a delegação e mudar as regras quando acharem oportuno e de seu interesse. O voto é somente uma forma, ainda que a principal, de se controlar os governantes. Afinal não é novidade alguma para a teoria democrática que esse sistema de governo necessita para sua pleno funcionamento e legitimidade da *participação* dos cidadãos no agir político.

Apesar da análise dos dados revelar o bom funcionamento da *accountability* vertical no que tange a escândalos de corrupção é preciso lembrar a advertência de Pereira et al (2011) sobre os limites do otimismo derivado desse achado. De acordo com os dados, analisando-se as duas eleições, *dos deputados federais que conseguiram se reeleger 43% foram envolvidos em escândalos de corrupção ou cometeram graves crimes*. Além disso, na própria construção do banco de dados foi detectado que muitos dos deputados eram parentes de políticos renomados. Possivelmente muitos dos parlamentares que aparecem no banco como tendo a “ficha limpa” são na verdade meros fantoches de padrinhos políticos com quase nada de reputação ilibada. O ex-governador Joaquim Roriz, por exemplo, ao ser barrado pela lei da ficha limpa consegue eleger sua filha como deputada e por pouco não elegeu sua mulher como governadora do DF. Mas tal como afirmaram os autores supracitados, diante do ceticismo generalizado da incapacidade sistêmica de responsabilização política, reduzir em 10% as chances de reeleição de um político corrupto não é algo

trivial, é algo da maior importância. Esse descobrimento pode revelar uma capacidade latente, uma possibilidade aberta que deve ser estimulada. Essencialmente, essa característica da democracia garantiria sua legitimidade. A questão torna-se aprimorar esse sistema.

Com tudo isso deve-se discordar da proposição de Shugart et al. (2003) de que o esforço por reforçar os mecanismos horizontais de controle estaria fadado ao fracasso se não se corrigissem os problemas de delegação gerados ao nível do sistema eleitoral. Pelo contrário, para que haja *accountability* vertical é necessário que toda *rede de accountability* esteja funcionando adequadamente. Os escândalos precisam ser descobertos e depois publicizados e para isso ocorra interação diversas instituições e atores políticos, dentro do Estado e fora dele. Mas para que finalmente a *informação* sobre corrupção tenham algum efeito sobre o comportamento eleitoral não basta sua simples existência. O fenômeno do voto é mais complexo, ele é *multidimensional*. Ele é um fenômeno histórico e *path dependent*. Talvez o efeito detectado seria muito maior se o Brasil tivesse em grave crise macroeconômica. Isso mostra que os achados aqui delineados também tem o seu contexto que é essencial para interpretar corretamente as descobertas empíricas.

Os achados desse trabalho são somente uma parte de uma discussão longa e complexa que continuará. As relações aqui encontradas poderiam adquirir muito mais importância se for comprovado que antes dos escândalos do primeiro governo Lula não houvesse um padrão de responsabilização tal como aqui encontrado. Portanto, deve-se buscar complementar esse banco de dados temporalmente verificando o que ocorria anteriormente e o que ocorrerá em seguida. Outra possibilidade interessante seria avançar a discussão qualitativamente, o que poderia se dar de diversas maneiras. Uma delas seria investigar a motivação do voto. De outro modo, seria interessante ter os *candidatos* como unidade de análise, ao invés dos deputados, tal como Golden (2009) o faz com relação à Índia. Enfim, apesar dos avanços que esse trabalho procurou fazer para a discussão da responsabilização democrática, do seu bojo pode-se extrair muitas outras questões interessantes e importantes para serem analisadas no futuro. Por enquanto, os dados analisados permitem afirmar seguramente que, apesar do grande ceticismo, os eleitores brasileiro puniram sim os deputados corruptos.

Capítulo 6

Referências

Achen, Christopher H. (2002). Toward a new political methodology: Microfoundations and ART. *Annual Review of Political Science* 5:423-50

Achen, C. H.; Bartels, L. M. .(2004b). Musical Chairs. Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Chicago IL

Christopher H. Achen and Larry M. Bartels (2004a) Blind Retrospection Electoral Responses to drought, flu, and shark attacks. Working Paper 2004/199. June 2004

Alston, L.; Melo, M.; Mueller, B. Pereira, C. (2012) The choice that governors make. Paper apresentado no Congresso da APSA, Seattle

Ames, Barry. (2001), *The deadlock of democracy in Brazil*. Michigan, Michigan University Press.

Andrews, J.T.; Montinola, G. (2004), Veto players and the rule of law in emerging democracies, *Comparative Political Studies*, 37(1), 55–87.

Bentham, J. 1970 [1789] *An introduction to the Principles of Morals and Legislation*. J. H. Burns and H. L. A. Hart eds. London Athlone Press

Brady, H. E.; Collier, D.; Seawright, J. (2006). Toward a pluralistic vision of methodology. *Political Analysis* 14:353–68.

Golden M, Chang E. (2007). Electoral systems, district magnitude and corruption. *British Journal of Political Science*. 37(1):115–37

Chang, E. (2005). Electoral Incentives for Political Corruption under Open-List Proportional Representation. *Journal of Politics* 67 (3): 716 – 30.

Chang, E.; Golden, M.; Seth J. Hill. (2010). Legislative Malfeasance and Political Ac-

Capítulo 6 Referências

countability. *World Politics*. 62 (2): 177-220.

Cheibub, J. A.; Przeworski, A. (1999) Democracy, Elections, and Accountability for Economic Outcomes. in *Democracy, Accountability, and Representation*, Przeworski, Stokes, and Manin eds. pp.98-130. (B)

Przeworski, Adam. (2006). Is a Science of Comparative Politics Possible? In *Oxford Hand-book of Comparative Politics*, ed. Carles Boix and Susan Stokes. Oxford University Press.

Cox, G. W. and M. D. McCubbins (1986): Electoral Politics as a Redistributive Game, *The Journal of Politics*, 48.

Cox, G. W. & McCubbins, M. D. (2001), The institutional determinants of economic policy outcomes, in *Presidents, parliaments, and policy*. Haggard, S. e . McCubbins, M. D (eds.), Nova York/Londres, Cambridge University Press.

Da Matta, R. (1988) *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Dahl, R. A. (1972). *Polyarchy: Participation and Opposition*. Yale University Press

Dunn, J. (1999). Situating Political Accountability. In *Democracy, Accountability, and Representation*, Adam Przeworski, Susan C. Stokes, and Bernard Manin, eds., pp. 329-44. Cambridge: Cambridge University Press.

Ferraz, C., and F. Finan. (2008). Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes: Evidence from audit reports. *The Quarterly Journal of Economics*, 132 (2): 703-745.

Figueiredo, A. C. e Limongi, F. (2001) *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Editora FGV/FAPESP, 2ª edição.

Miguel F. P; Hidalgo, F. D.; Kasahara, Y.(2011) When Do Voters Punish Corrupt Politicians? Experimental Evidence from Brazil

Fiorina, M. P. (1981). *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press.

Gerring, John, & Thacker, Strom C. (2004). Political institutions and corruption: The role of unitarism and parliamentarism. *British Journal of Political Science*, 34, 295-330.

Capítulo 6 Referências

- Golden, M. (2009.) The Electoral Underpinnings of Corruption in Rich and Poor Democratic Polities. Prepared for presentation at the 18th Workshop in Political Economy, Silvaplana, Switzerland, July 25–29,
- Golden, M; Chang, E. (2001) Competitive corruption: Factional Conflict and Political Malfeasance in Postwar Italian Christian Democracy. *World Politics*. July, 53. Pp. 558-22
- Golden, M.; Chang, E. (2006), ‘Electoral systems, district magnitude and corruption’, *British Journal of Political Science*, forthcoming.
- Chang, E.; Golden, M.; Hill, S. J. (2010). “Legislative Malfeasance and Political Accountability.” *World Politics* 62 (2): 177-220.
- Heckman, J. J. (1979) Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica* 47:153-161
- Helmke, G.; Rosenbluth, F. (2009). Regimes and the Rule of Law: Judicial Independence in Comparative Perspective. *Annual Review of Political Science* 12: 345-366.
- Kitschelt, Herbert/Wilkinson, Steven 2007: Citizens-politician Linkages: An Introduction, in: Patrons, Clients, and Policies. Patterns of Democratic Accountability and Political Competition. Kitschelt, Herbert/Wilkinson, Steven (eds.): Cambridge, Cambridge University Press: 1-49.
- Kramer, Gerald H. (1971). Short-term Fluctuations in U.S. Voting Behavior: 1896-1964. *American Political Science Review* 65: 131-143.
- Kunicová, J.; Rose-Ackerman, S. (2005), Electoral rules and constitutional structures as constraints on corruption, *British Journal of Political Science*, 35(4), 573–606.
- Kunicová, J., (2006). Democratic institutions and corruption: incentives and constraints in politics. In: *International Handbook on the Economics of Corruption*. Rose-Ackerman, S. (Ed.), Edward Elgar, Cheltenham, UK, pp. 140–160.
- Leoni, E.; Pereira, C.; Rennó, L. (2003) Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, Vol IX, nº 1, 2003, pp. 44-67
- Lewis-Beck, M. S. (1988). *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press

Capítulo 6 Referências

- Lewis-Beck, M. S. (1980). *Applied Regression: An Introduction*. Beverly Hills: Sage.
- Lijphart, A. (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, New Haven, CT: Yale University Press.
- Long, J. S.; Freese, J. (2006). *Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata*. 2nd ed. College Station, TX: Stata Press.
- Lupia, A. (1994). Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections. *The American Political Science Review*, Vol. 88, No. 1, pp. 63-76
- Mainwaring, S. (1990). *Politicians, Parties and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective*. Working Paper #141 - June
- Mainwaring, S.; Scully, T. (1995) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press
- Mainwaring, S.; Scully, T. (1992) *Party Systems in Latin America* Paper for the 1992 Latin American Studies Association meeting, Los Angeles.
- Mainwaring, S. (2003) *Introduction: Democratic Accountability in Latin America*. In *Democratic accountability in Latin America*. Mainwaring, S.; Welma, C. New York: Oxford University Press.
- Markus, Gregory. (1988). The Impact of Personal and National Economic Conditions on the Presidential Vote: A Pooled Cross-Sectional Analysis. *American Journal of Political Science* 32: 137-54.
- Mayhew, D. R. (1974). *Congress: The Electoral Connection*. New Haven: Yale University Press.
- Melo, M. A. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, 2007.
- Pereira, Melo e Bavani (2012) *Reelecting Corrupt Incumbents in Exchange for Public Goods: Rouba mas Faz in Brazil*. Forthcoming
- Pereira, C.; Melo, M.; Figueiredo, C. (2009). The Corruption Enhancing Role of Reelection Incentives? Counterintuitive Evidence from Brazil's Audit Report. *Political Research*

Capítulo 6 Referências

Quarterly, 62 (4): 731-744.

Myerson, R.B. (1993). Effectiveness of Electoral Systems for Reducing Government Corruption: A Game-Theoretic Analysis. *Games and Economic Behavior* 5: 118—132.

Olson, M. (1971). *The logic of collective action. Public goods and the theory of groups*. Cambridge. Mass.

Panizza U. (2001). Electoral rules, political systems, and institutional quality. *Economic Politics* 13(3):311–42

Pereira, C. e Mueller, B. (2003), *Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil*. Dados, vol. 46, no 4, pp. 735-771.

Pereira, C.; Rennó, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, vol.44, n°2, 2001.

Pereira, C.; Rennó, L.; Samuels, D. (2011) *Corruption, Campaign Finance and Reelection. in Corruption and Democracy in Brazil: the struggle for accountability*. Timothy J. Power and Matthew M. Taylor. University of Notre Dame Press Notre Dame, Indiana

Persson, T. and G.E. Tabellini (2003), *The Economic Effects of Constitutions*, Cambridge, MA: MIT Press.

Persson, T. and G.E. Tabellini (2004) *Constitutions and Economic Policy*. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 18, No. 1., pp. 75-98.

Persson, T.; Roland, G. & Tabellini, G. (1997), “The separation of powers and political accountability”. *The Quarterly Journal of Economics*, 112 (4): 1163-1202.

Persson, T.; Roland, G.; Tabellini, G.E. (2000), *Comparative politics and public finance*. *Journal of Political Economy*, 108(6), 1121–61

Persson, T.; Tabellini, G.E.; Trebbi, F. (2003), *Electoral rules and corruption*. *Journal of the European Economic Association*, 1(4), 958–89.

Pitkin, H. (1967), *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press.

Porto (2011) *The media and Political Accountability*. in *Corruption and Democracy in*

Capítulo 6 Referências

- Brazil: the struggle for accountability. Power T. J.; Taylor, M. M. University of Notre Dame Press Notre Dame, Indiana
- Power, T. ; Taylor, M. (2011). Introduction: Accountability Institutional and Political Corruption. in Brazil in Corruption and Democracy in Brazil: the struggle for accountability. Power, T. ; Taylor, M.(eds.). University of Notre Dame Press: Notre Dame, Indiana
- Przeworski, A. (2007). Is the Science of Comparative Politics Possible” In The Oxford Handbook of Comparative Politics, Boix, C; Stokes, S. C. (eds). New York: Oxford University Press.
- Przeworski, A.; Stokes, S. C. & Manin, B. (1999), Democracy, accountability, and representation. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- Rennó, Lucio. (2006)Críticas ao presidencialismo de coalizão no Brasil: processos institucionalmente constrictos ou individualmente dirigidos? in Reforma Política no Brasil. Avritzer, L.; Anastásia, F. (org.), Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Rennó, L. (2011). Corruption and voting. in Corruption and Democracy in Brazil: the struggle for accountability. Power, T. J.; Taylor, M. M.. University of Notre Dame Press Notre Dame, Indiana
- Rennó, L. (2008) Rewarding the Corrupt? Reelection and Scandal Involvement in the Brazilian 2006 Legislative Elections. Colombia Internacional. N. 68 Bogotá pp. 98-106
- Samuels, David. (2003). Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil. New York, Cambridge University Press.
- Cunow, S. (2012). The Effect of Choice Set Size on Voting Behavior and Correct Voting. Paper presented at Comparative Politics Retreat.
- Santiso, Carlos2007. Auditing for Accountability The Political Economy of Government Auditing and Budget Oversight in Emerging Economies. Washington, DC: Johns Hopkins University, unpublished doctoral dissertation
- Sartori, A. E. 2003. An Estimator for Some Binary Outcome Selection Models without Exclusion Restrictions. Political Analysis. 11:111–138.
- Schuessler, A. (2001) A Logic of Expressive Choice. Princeton: Princeton University Press.

Capítulo 6 Referências

- Schumpeter, J. (2008[1942]). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper-Collins Publishers.
- Carey, J.M.; Shugart, M.S. (1995), Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. 14(4), 417–39.
- Morena, E.; Crisp, B. & Shugart, M. D. (2003), The accountability deficit in Latin America, in *Democratic accountability in Latin America*. Mainwaring, S.; Welna, C. (eds.). Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- Stokes, S. (1999) What Do Policy Switches Tell Us About Democracy? in *Democracy, Accountability, and Representation*. Przeworski, A. Stokes, S.; Manin, B. (eds). pp.98-130. (B)
- Stokes, S. C. 2005. “Perverse accountability: A formal model of machine politics with evidence from Argentina.” *American Political Science Review* 99:315–25.
- Strom, K. (2003), “Parliamentary democracy and delegation”, in *Delegation and accountability in parliamentary democracies*, K. Strom, W. Miller; T. Bergman (eds.) Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- Treisman, D. (2007) What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research? *Annual Review of Political Science* 10, 211-44.
- Van de Ven, P. M. M.; Van Praag, B. M. S. The demand for deductibles in private health Insurance. *J. Econometrics* 17, 229]252 1981 .
- Vance, C. (2006). Marginal Effects and Significance Testing with Heckman’s Sample Selection Model: A Methodological Note. RWI Discussion Papers 0039.
- Winship, C; Mare, R.D. (1992). Models for sample selection bias. *Annual Review of Sociology*. 18:327- 50
- Winters, M. S.; Weitz-Shapiro, R. Lacking Information or Condoning Corruption? Voter Attitudes Toward Corruption in Brazil. Unpublished manuscript.

Capítulo 7

Anexos

Capítulo 7 Anexos

Tabela 7.1: Relação entre se candidatar e “escândalo” na eleição de 2006

Candidato	escândalo				Total	Total
	Não	Não	Sim	Sim		
	No.	%	No.	%	No.	%
Não	48	39	76	61	124	100
Sim	283	56	221	44	504	100
Total	331	53	297	47	628	100

Tabela 7.2: Relação entre se candidatar e “escândalo” em 2010

Candidato	escândalo				Total	Total
	Não	Não	Sim	Sim		
	No.	%	No.	%	No.	%
Não	22	35	41	65	63	100
Sim	240	45	298	55	538	100
Total	262	44	339	56	601	100

Tabela 7.3: Regressão Probit “Candidato” em 2006 reportando efeitos marginais

Variáveis	(1) Candidato	(2) Candidato	(3) Candidato	(4) Candidato
1.escândalo	-0.0984*** (0.0365)	-0.102*** (0.0362)	-0.102*** (0.0355)	-0.111*** (0.0374)
Idade	-0.00227 (0.00154)	-0.00216 (0.00156)	-0.00219 (0.00155)	
1.Prefeito	-0.761*** (0.0511)	-0.759*** (0.0513)	-0.759*** (0.0512)	
Votos	0.321 (0.418)	0.142 (0.368)	0.0366 (0.314)	
1.Titular	0.161*** (0.0590)	0.170*** (0.0611)	0.175*** (0.0629)	
Pork	0.403* (0.225)	0.362* (0.210)	0.345* (0.209)	
1.Governista	0.0534** (0.0244)	0.0508** (0.0247)	0.0495** (0.0247)	
Checks	0.00962 (0.0937)	0.0561 (0.0761)		
Magnitude	0.000936 (0.000935)			
Observações	600	601	601	628

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 7.4: Regressão Probit “Candidato” em 2010 reportando efeitos marginais

Variáveis	(1) Candidato	(2) Candidato	(3) Candidato	(4) Candidato
1.escândalo	-0.0348 (0.0246)	-0.0345 (0.0250)	-0.00826 (0.0219)	-0.0370 (0.0244)
Idade	-0.000837 (0.000981)	-0.000921 (0.000982)	-0.00104 (0.00102)	
1.Prefeito	-0.794*** (0.0625)	-0.791*** (0.0647)	-0.811*** (0.0704)	
Votos	0.296 (1.192)	-0.0447 (0.858)	0.0620 (0.726)	
1.Titular	0.0886*** (0.0334)	0.0941*** (0.0326)	0.0825*** (0.0286)	
Pork	0.0545 (0.0830)	0.0459 (0.0820)	0.0546 (0.0886)	
1.Governista	0.0528*** (0.0188)	0.0516*** (0.0187)	0.0514*** (0.0188)	
Checks	-0.0833 (0.104)	-0.0474 (0.0874)		
1.ficha suja	0.0755*** (0.0256)	0.0769*** (0.0267)		
Magnitude	0.000813 (0.00115)			
Observations	533	533	534	601

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 7.5: Heckprobit para *Eleito* em 2006 com variável *Candidato* como seleção

Variáveis	(1) Eleito	(2) Candidato	(3) athrho
escândalo	-0.146 (0.101)	-0.372** (0.165)	
Votos	2.642 (2.089)	2.657 (1.814)	
Titular	0.301 (0.305)	0.519*** (0.190)	
Pork	-1.532** (0.616)	1.790* (1.019)	
Governista	-0.200 (0.138)	0.250*** (0.0956)	
Magnitude	0.00560 (0.00449)	0.00737* (0.00409)	
Checks	-0.472* (0.252)	-0.000576 (0.368)	
Idade		-0.0136** (0.00609)	
Prefeito		-2.587*** (0.404)	
gasto	1.073 (1.250)		
Constant	0.0838 (0.366)	0.836** (0.392)	-1.486*** (0.364)
Observations	598	598	598

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 7.6: Heckprobit para *Eleito* em 2010 com variável *Candidato* como seleção

VARIABLES	(1) Eleito	(2) Candidato	(3) athrho
escândalo	-0.515*** (0.139)	-0.276 (0.180)	
Votos	9.735** (4.675)	1.920 (9.510)	
Titular	1.049*** (0.225)	0.515*** (0.177)	
Governista	0.364*** (0.104)	0.431*** (0.135)	
Pork	-0.523 (0.503)	0.431 (0.609)	
Checks	-1.013*** (0.255)	-0.573 (0.820)	
Idade		-0.00913 (0.00653)	
Prefeito		-2.757*** (0.354)	
ficha suja	0.421** (0.189)	0.876*** (0.329)	
Magnitude	0.0171*** (0.00507)	0.00440 (0.00889)	
gasto	1.412 (1.299)		
Constant	-1.110*** (0.323)	1.349** (0.621)	-0.726* (0.398)
Observations	509	509	509

Erro padrão agrupado entre parêntese

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1